



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA
PROF-FILO

LHYLIA SILVA AGUIAR

REPENSAR A MULHER NA SOCIEDADE: UMA PRÁTICA FILOSÓFICA QUE VISA
A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DO
PENSAMENTO DE SILVIA FEDERICI E BELL HOOKS

VITÓRIA – ES
2023

LHYLIA SILVA AGUIAR

**REPENSAR A MULHER NA SOCIEDADE: UMA PRÁTICA FILOSÓFICA QUE VISA
A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DO
PENSAMENTO DE SILVIA FEDERICI E BELL HOOKS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) da Universidade Federal do Espírito Santo, com área de concentração em Ensino de Filosofia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Abdalla Guerrieri.

VITÓRIA – ES

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A282r Aguiar, Lhyia Silva, 1979-
REPENSAR A MULHER NA SOCIEDADE: UMA
PRÁTICA FILOSÓFICA QUE VISA A SUPERAÇÃO DA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DO
PENSAMENTO DE SILVIA FEDERICI E BELL HOOKS /
Lhyia Silva Aguiar. - 2023.
98 f. : il.

Orientador: Maurício Abdalla Guerrieri.
Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Filosofia. 2. Feminismo. 3. Violência contra a mulher. 4.
Trabalho reprodutivo. 5. Capitalismo. 6. Educação. I. Guerrieri,
Maurício Abdalla. II. Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 101

LHYLIA SILVA AGUIAR

REPENSAR A MULHER NA SOCIEDADE: uma prática filosófica que visa a
superação da violência contra a mulher a partir do pensamento de Silvia Federici e
bell hooks

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em
Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do
Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Filosofia.

Aprovada em _____

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Mauricio Abdalla Guerrieri

Orientador e Presidente da Comissão (UFES)

Prof. Dr. Marcelo Martins Barreira

Examinador Interno (UFES)

Prof. Dra. Lívia de Cássia Godoi Moraes

Examinador Externo (UFES)

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de agradecer, já revela que a vida valeu a pena, me leva a pensar em como é importante a existência de pessoas unidas a nós na jornada das nossas vidas. Primeiramente quero agradecer a minha filha Helena por concretizar um amor que só conheci depois do seu nascimento, e para além disso, é a pessoa que mais me ajuda em todos os momentos, me apoiando na superação dos obstáculos da vida.

Também tenho imensa gratidão à minha família que é a base dessa estrutura que me fez ser quem eu sou, minha mãe Eliziária, minhas irmãs Luciana e Lhyliane que sempre foram a ajuda e o apoio, pois principalmente nestes últimos anos como mãe solo, elas foram fundamentais na minha jornada. Agradeço também às minhas sobrinhas Mariana e Juliana que de uma outra forma fazem parte dessa estrutura de apoio que me auxilia enquanto mãe solo, trabalhadora e pesquisadora.

Agradeço também às minhas amigas pelas conversas, pelas ideias compartilhadas, pela força e incentivo. A Paola, Lisa, Jana e Fran, por serem mais do que simples amigas, quase irmãs, são elas que estavam lá o tempo todo elevando minha autoestima, e me incentivando. À Kirliane, obrigada pelas conversas que me ajudaram a desenvolver a ideia desta dissertação. À Glenda obrigada pelas palavras para eu me manter firme e realizar meu sonho.

Agradeço também ao meu orientador Dr. Maurício Abdalla Guerrieri, que com sabedoria procurou me indicar o caminho a ser percorrido neste mestrado. Gratidão à professora Dra. Livia de Cássia Godoi Moraes, que além de fazer parte da minha banca de qualificação e agora da minha banca de defesa de dissertação, me convidou a participar do seu curso junto com Arelys Esquenazi Borrego, sobre Capitalismo e Patriarcado, onde eu adquiri algumas noções fundamentais para a escrita da minha dissertação.

Obrigada também ao professor Dr. Marcelo Barreira, e a todos os professores do Mestrado Profissional em Filosofia, pelos ensinamentos. Gratidão aos colegas da turma de 2020 do PROF-FILO que foram companheiros na jornada do mestrado. Agradeço também à Lígia Pimenta por me auxiliar na revisão das regras da ABNT.

Por fim, tenho um imenso sentimento de gratidão a todas as mulheres feministas que lutaram e seguem lutando para que nós mulheres tenhamos dignidade e respeito.

Depois da última noite de festa
Chorando e esperando
Amanhecer, amanhecer

As coisas aconteciam
Com alguma explicação
Com alguma explicação

Depois da última noite de chuva
Chorando e esperando
Amanhecer, amanhecer

Às vezes peço a ele
Que vá embora
Que vá embora

Camila, Camila
Camila

E eu que tenho medo até de suas mãos
Mas o ódio cega e você não percebe
Mas o ódio cega

E eu que tenho medo até do seu olhar
Mas o ódio cega e você não percebe
Mas o ódio cega

A lembrança do silêncio daquelas tardes
Daquelas tardes
Da vergonha do espelho naquelas marcas
Naquelas marcas

Havia algo de insano naqueles olhos
Olhos insanos
Os olhos que passavam o dia
A me vigiar, a me vigiar, ôh

Camila, Camila
Camila

E eu que tinha apenas 17 anos
Baixava a minha cabeça pra tudo
Era assim que as coisas aconteciam
Era assim que eu via tudo acontecer

E eu que tinha apenas 17 anos
Baixava minha cabeça pra tudo
Era assim que as coisas aconteciam
E era assim que eu via tudo acontecer

Camila, ôh, Camila
Camila, uô, Camila
(Nenhum de Nós – Camila, Camila)

RESUMO

Visando a educação como uma aliada ao combate à violência contra as mulheres, esta dissertação teve por objetivo desenvolver um ensino filosófico fundamentado no feminismo. A intenção da proposta de ensino resultante da pesquisa foi repensar o papel da mulher na nossa sociedade, a partir da análise do trabalho que socialmente foi atribuído às mulheres, mais especificamente sobre o trabalho doméstico e de cuidados, invisibilizado e subvalorizado graças ao capitalismo, deixando evidente como as mulheres são exploradas e oprimidas. O pensamento filosófico feminista que sustentou a escrita desta dissertação leva em consideração o método materialista histórico-dialético, utilizado para análise dos dados sobre a violência contra as mulheres, resultante da estrutura que sustenta e perpetua a violência. São apresentadas análises de filósofas feministas sobre como o sistema patriarcal capitalista explora e oprime as mulheres, fundamentando a violência que as afetam e as vitimizam. A teoria feminista que norteou a pesquisa serviu de base para a proposta de ensino filosófico, com vias a um trabalho de conscientização dos estudantes. As etapas da proposta de ensino contemplaram a observação, feita pelos estudantes, do trabalho doméstico realizado dentro de suas casas. A partir das percepções foram levantados elementos para o segundo momento, que diz respeito às análises realizada pela filósofa feminista Silvia Federici acerca do trabalho reprodutivo (serviços domésticos e cuidados). De posse deste material, procedeu-se à reflexão sobre a exploração e a violência contra as mulheres. O pensamento de bell hooks foi utilizado como orientação a uma pesquisa empreendida pelos estudantes, na qual relacionaram o movimento feminista à conquista de direitos adquiridos pelas mulheres. Tanto a pesquisa quanto os ensinamentos serviram para que eles escrevessem suas percepções sobre o processo de aprendizado no decorrer da proposta de ensino.

Palavras-chave: Filosofia; Feminismo; Violência contra a mulher; Trabalho Reprodutivo; Capitalismo.

ABSTRACT

Having education as an ally in the fight against violence against women, this dissertation aimed to develop philosophical teaching grounded in feminism. The intention of this teaching proposal resulting from the research was to rethink the role of the women in our society, from the analysis of the work that has been socially attributed to women, more specifically on domestic and care work, invisibilized and undervalued thanks to capitalism, making it evident how women are exploited and oppressed. The feminist philosophical thought that underpinned the writing of this dissertation takes into account the historical-dialectical materialist method, used for the analysis of data on violence against women, resulting from the structure that sustains and perpetuates violence. Feminist philosophers' analyses are presented on how the capitalist patriarchal system exploits and oppresses women, underpinning the violence that affects and victimizes them. The feminist theory that guided the research served as the basis for the proposal of philosophical teaching, with a view to raising students' awareness. The steps of the teaching proposal included the students' observation of domestic work carried out within their homes. From the perceptions elements were raised for the second moment, which concerns the analyzes carried out by the feminist Silvia Federici about the reproductive work (domestic services and care). This material was used to reflect on exploitation and violence against women. The thought of bell hooks was used as guidance for a research undertaken by the students, in which they related the feminist movement to the conquest of the rights acquired by women. Both the research and the teachings served for them to write their perceptions about the learning process in the course of the teaching proposal.

Key words: Philosophy; Feminism; violence against women; reproductive; capitalism.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DADOS SOBRE O PROBLEMA	19
2. A ANÁLISE FEMINISTA: CONHECENDO A ESTRUTURA QUE GERA A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	23
2.1 Repensando a questão da violência doméstica.....	34
2.2 Qual feminismo ensinar?	41
2.3- Contextualizando a reprodução social.....	45
3. PROPOSTA DE ENSINO SOBRE O FEMINISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	54
3.1 A importância de se ensinar a filosofar	57
3.2 Contexto político-institucional para o ensinar a filosofar	59
3.3 A história da educação com ênfase no Ensino de Filosofia.....	61
3.4 Relato da intervenção prática realizada com os estudantes.....	63
Primeiro momento / 1ª aula: Análise da realidade vivida	64
Segundo momento / 2ª aula: Análise do trabalho invisível:.....	67
Segundo momento / 3ª aula - Pesquisa: Qual a conexão entre as leis e o movimento feminista?	70
Terceiro momento / 4ª aula: Redação feita em casa e leitura realizada em sala de aula	72
Avaliação.....	74
4. CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como pressuposto a assertiva da educação como base para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Logo, pensar o ensino de filosofia como parte do processo educativo vai além do pensar a história da Filosofia. O ato de ensinar, a reflexão filosófica, envolve relacionamentos diários com pessoas, conceitos, ideias, sonhos, sentimentos, dentre outras coisas criadas pelo ser humano e para o ser humano.

Minha perspectiva para a presente pesquisa foi trabalhar com a educação, ensinando a disciplina de filosofia, mais especificamente sobre o feminismo. Essa tarefa de ensinar filosofia tem sido, ano após ano, um grande desafio, pois a diversidade dos estudantes em sala de aula, exige dos educadores a consciência de que é preciso aprender para ensinar.

Por isso, compreender a realidade social na qual os estudantes estão inseridos e a forma com que eles trazem no pensamento o reflexo dessa realidade social da qual participam é fundamental para que consigamos dar um real significado para aquilo que ensinamos. Analiso que sem este tipo de prática eles não se empenham em aprender.

Perceber a violência nos pensamentos e atitudes dos estudantes é algo recorrente para quem trabalha com adolescentes. A cultura na qual a maior parte deles está inserida apresenta desde cedo um tratamento violento; naturalizando essa violência ao longo dos anos através de falas e atitudes. Por conseguinte, o tratamento e as expressões destinadas às mulheres, torna ainda mais evidente a violência, uma vez que falas inapropriadas e de cunho ofensivo que manifestam agressão são utilizadas para ridicularizar e rebaixar as mulheres.

Este aspecto da cultura instigou-me a buscar, com a presente proposta de ensino, conduzir os alunos a repensarem a realidade e a problemática da violência contra as mulheres por meio de uma perspectiva filosófica. O intuito foi o de que a partir do conhecimento e da reflexão da condição da mulher na nossa sociedade, eles pudessem aprofundar seus conhecimentos e reflexões ante o tema. A proposta de ensino seria como um desafio para os alunos: exercitar um pensamento responsável sobre o ser mulher, que no atual contexto é delimitado por uma lógica socioeconômica capitalista que orienta práticas de machismo e misoginia.

Face ao exposto, a presente pesquisa teve como objetivo principal elucidar, através da filosofia feminista, como a união entre patriarcado e capitalismo determinam que nossa cultura explore e violence as mulheres, ao mesmo tempo em que naturaliza tais atitudes contra elas. O referencial teórico feminista serviu de base para a construção da proposta de ensino, por meio da qual foi possível proporcionar aos nossos estudantes de Filosofia no Ensino Médio um espaço para reflexão acerca de como se manifesta a violência que afeta as mulheres. Neste sentido, justifica-se a proposta de ensino filosófico pela compreensão de que a educação deve ser uma aliada ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ao analisar os tipos de trabalho atribuídos às mulheres, a filosofia feminista problematiza a sua invisibilidade e desvalorização social – como ocorre com o trabalho reprodutivo, frequentemente associado aos cuidados e serviços domésticos. As filósofas feministas nos orientam a investigar e indagar os reais motivos da exploração e da violência, para conhecermos de fato o que sustenta as atitudes que promovem e perpetuam, por exemplo, a violência doméstica contra a mulher.

Um dos meios de se fazer este aprofundamento é investigar as raízes culturais que estruturam tal tipo de violência. Faz-se necessário analisar, refletir e dialogar sobre o problema, numa tentativa de empreender a ressignificação do ser mulher a partir dos estudos filosóficos. Com o conhecimento produzido neste processo, creio ser possível alcançar respeito, valor e dignidade para as mulheres.

O sistema de justiça no Brasil acolhe a vítima da violência doméstica, pune o agressor, mas ainda não consegue combater de fato a estrutura que sustenta o sistema machista e misógino. Por isso, reconhecer a educação filosófica como uma aliada nesse processo de busca pelo fim da violência doméstica, é uma possível tentativa de unir justiça e educação para juntas superarem esse problema que tanto afeta as mulheres.

Para isso, a pesquisa teve como obras principais os seguintes livros: 1) *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, de Silvia Federici (2019); 2) *O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras*, de bell hooks¹ (2018); e, 3) *E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*, também da

¹ bell hooks foi uma aclamada intelectual negra, teórica feminista, crítica cultural, artista e escritora norte americana. Foi registrada como Glória Jean Watkins. O pseudônimo, inspirado pela bisavó materna, Bell Blair Hooks, é uma homenagem ao legado das mulheres fortes. É grafado em letras minúsculas para deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

filósofa bell hooks (2020). Em apoio ao desenvolvimento da pesquisa refletirei, ainda, sobre obras de outras autoras feministas, com o propósito de ampliar nosso horizonte de conhecimento da luta feminista.

A análise do material produzido foi realizada a partir do método materialista histórico-dialético, que me permitiu fazer uma investigação sobre o fenômeno da violência contra as mulheres. Sob a ótica da investigação filosófica tecida pelas feministas, o método também me direcionou a analisar a estrutura que sustenta a violência, com reflexões sobre a importância do *ser mulher* diante do trabalho realizado pelas mulheres.

O primeiro capítulo desta dissertação aborda a violência contra as mulheres com apresentação de dados sobre a problemática. Busquei compreender o fenômeno da violência contra as mulheres no Brasil a partir das estatísticas que demonstram, por exemplo, que há uma nova vítima de agressão a cada dois segundos.

O relatório-pesquisa intitulado “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (BRASIL, 2019), apresenta a fala da diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Samira Bueno, que afirma o seguinte:

Os dados apresentados neste relatório indicam que a violência é uma variável presente no cotidiano das mulheres brasileiras e que superá-la envolve o acolhimento da vítima, o acesso à justiça, a punição do agressor, mas também estratégias de prevenção que trabalhem a origem de todas essas diferentes manifestações de violência. Qualquer política que se pretenda efetiva no enfrentamento da violência contra as mulheres precisa, necessariamente, incluir um componente que busque suas raízes culturais e a necessidade de desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero (BUENO apud BRASIL, 2019, p. 7).

Nota-se que a legislação brasileira de combate à violência contra mulher é de extrema importância, todavia, em si mesma ela não consegue resolver o problema. Por isso, analisamos ser necessário ter uma estratégia de prevenção que ajude no enfrentamento de questões como o machismo e a misoginia – inseridos na nossa cultura.

Nessa perspectiva, percebo a importância de reconsiderar a prática educacional tradicional e inserir dentro do ambiente escolar a reflexão sobre as raízes do machismo e da misoginia, para que estes possam ser suprimidos e substituídos por uma nova cultura – mais justa e igualitária. Que repense a condição da mulher de forma crítica; que promova a equidade entre gêneros, bem como a igualdade e o respeito entre todos os cidadãos.

Ainda no que se refere ao primeiro capítulo desta dissertação, as estatísticas apresentadas na pesquisa demonstram que a violência contra mulher é um fato proveniente de um sistema que geralmente não é questionado, ou pensado. Por isso, ocorre um processo de naturalização que faz com que o fenômeno permaneça oculto aos olhos da maior parte da sociedade.

A partir dessa compreensão sobre como o fenômeno da violência contra as mulheres se manifesta na nossa sociedade, no segundo capítulo, apresento as análises feitas por autoras feministas sobre a estrutura que gera a violência contra as mulheres. A princípio, neste capítulo o enfoque é a teoria de Silvia Federici (2017) e o conceito de trabalho reprodutivo; que se aprofunda na história da naturalização da exploração do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Nascida na cidade italiana de Parma, em 1942, Federici é uma filósofa, intelectual militante de tradição feminista marxista autônoma. Mudou-se para os Estados Unidos em 1967, onde foi cofundadora do Coletivo Internacional Feminista, e participou da Campanha internacional salários para o trabalho doméstico. Foi professora na Universidade de Port Harcourt, na Nigéria, e atualmente é professora emérita da Universidade de Hofstra, em Nova York. É autora de *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (FEDERICI, 2017), e possui artigos sobre feminismo, colonialismo, globalização, trabalho precário e comuns.

A filósofa tece considerações relevantes e esclarecedoras sobre como o trabalho reprodutivo das mulheres é importante para a manutenção e o crescimento econômico, pois é o que sustenta a nossa base social. Federici (2017) também mostra que o trabalho destinado às mulheres dentro das suas casas não é tão natural quanto parece ser. Em sua obra, a autora nos leva a compreender que o processo de exploração do trabalho reprodutivo está relacionado com a violência doméstica, oportunizando-nos repensar a condição da mulher na sociedade. Sua análise sobre o trabalho reprodutivo – também conhecido como trabalho doméstico – enquanto uma função atribuída à mulher, expõe a realidade exploratória que o envolve.

A perspectiva trabalhada por Federici (2017) revela um sistema de exploração, subjugação e expropriação dos direitos das mulheres. Porém, essa lógica de exploração realizada pelo sistema capitalista é algo que foi naturalizado e por isso é pouco questionado socialmente. Dessa forma, o capitalismo retira os direitos e a

dignidade do *ser mulher*. Novamente aparece a importância de levar este debate para o âmbito escolar.

Prosseguindo as reflexões sobre o trabalho reprodutivo, o pensamento de Angela Davis também será abordado. No livro *Mulheres, raça e classe*, Davis (2016) apresenta uma perspectiva de análise que leva em consideração o feminismo negro. O foco da obra é a exploração da mulher negra frente ao trabalho reprodutivo, com intercessões entre questões que envolvem gênero, classe e raça.

Busquei repensar a questão da violência doméstica, por meio da qual levantei ao leitor o questionamento sobre o que motiva a violência contra as mulheres. Para que o problema seja compreendido de forma mais abrangente, utilizei como base o pensamento da filósofa bell hooks (2020) e seus questionamentos acerca de nossa cultura. hooks faz apontamentos sobre a forma como o capitalismo impulsiona a exploração que afeta as mulheres, sobretudo as negras.

Ressaltando a interseccionalidade de gênero, raça e classe, a filósofa demonstra como, dentro da sociedade patriarcal, revelam-se costumes e atitudes que alimentam a violência contra as mulheres [negras], visto que são elas as vítimas mais recorrentes (hooks, 2020). A partir das análises elaboradas pelas demais filósofas feministas, analiso ser de suma importância um ensino filosófico que o professor se preocupe em investigar, pesquisar e refletir, com o intuito de conduzir os estudantes a ressignificarem seus pensamentos sobre a percepção do *ser mulher* dentro da nossa sociedade.

A partir daí, questioneimei-me: "Qual feminismo devo ensinar?", pois me preocupa ensinar, no âmbito escolar, um feminismo que esteja comprometido em refletir de fato sobre o trabalho da mulher – seja ele produtivo ou reprodutivo. Frente à variedade de vertentes feministas, avaliei que seria necessário refletir nas aulas um feminismo anticolonialista [associado aos ativistas antirracistas], que levantasse a problemática da exploração do trabalho da mulher; e que conduzisse às raízes que alimentam as opressões e violências que atingem as mulheres.

No terceiro capítulo o leitor encontrará a proposta de ensino sobre o feminismo e sua importância para a educação libertadora; uma associação de minha prática profissional às análises elaboradas pelas feministas sobre o sistema de exploração do trabalho reprodutivo. Essa proposta de ensino também procura demonstrar a importância de se levar para a sala de aula uma educação que reflita profundamente

acerca das relações entre o sistema patriarcal e o capitalismo para que alcancemos, enquanto educadores e alunos, uma compreensão sobre a exploração e violência que afetam as mulheres.

Ainda no terceiro capítulo, encontram-se considerações sobre a importância do ensino da filosofia, e de como o exercício do filosofar depende de bases concretas – que envolvem o contexto político institucional escolar onde o ensino de filosofia se realiza. Nas análises, enfatizo a importância de se trabalhar o feminismo para o alcance da transformação na consciência dos estudantes, visando uma ressignificação sobre o ser mulher na nossa sociedade.

A importância de se ensinar a filosofar revela aspectos estruturais da proposta de ensino narrada nesta dissertação. Ela deve levar em consideração a vida dos estudantes, assim como considerar a instituição escolar em sua organização diária. Foi a partir deste referencial humano – e da instituição de ensino onde a proposta foi desenvolvida (seus recursos e estrutura organizacional) – que trabalhei o ensino da filosofia. Neste capítulo ainda são abordadas as legislações que regulamentam o ensino da filosofia e sua aplicação no Ensino Médio.

Nesta pesquisa afirmo o âmbito escolar como um lugar privilegiado para o início do enfrentamento à violência contra mulher. Assim, a abordagem de pesquisa e a proposta de ensino filosófica objetivaram discutir no âmbito escolar uma reflexão sobre a questão da violência contra as mulheres através da ótica da exploração do trabalho doméstico. Acredito que a proposta reflexiva ajuda a promover um tipo de prevenção, visto que na escola é possível que trabalhemos a conscientização dos adolescentes sobre a questão da violência e da exploração contra as mulheres, para que tais ensinamentos promovam uma nova ordem de pensamentos que reestruture a nossa sociedade, gerando uma diminuição gradativa do fenômeno.

O foco foi demonstrar que a exploração e a violência contra as mulheres são geradas a partir do sistema capitalista unido ao patriarcado. É importante ressaltar que, no capítulo referente às práticas de ensino, levei em consideração também o pensamento freiriano, que oferece o conceito de educação libertadora, e que traz em si considerações sobre a educação brasileira (FREIRE, 1987; 2021).

O desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental para a aplicação da prática de ensino. Foram os caminhos metodológicos que me levaram a estudar mais aprofundadamente o feminismo e suas análises da realidade; bem como conhecer o

movimento político que pauta o respeito às mulheres, sua dignidade, a garantia dos direitos já existentes e a conquista de outros. O ensino da filosofia feminista enquanto proposta educacional para os estudantes do Ensino Médio foi minha aposta principal para buscar alternativas que visam a superação da maneira como a humanidade está se relacionando com a questão da violência contra a mulher.

O encerramento do terceiro capítulo é composto pelo relato da intervenção prática realizada com os estudantes. Meu intuito: proporcionar, através da filosofia, um momento de pensamento, ressignificação e reconstrução de compreensões do mundo; motivá-los a serem partícipes de práticas sociais responsáveis e libertadoras que os levem a agir de forma mais crítica e mais humanizada, sobretudo no que se concerne à temática sobre a violência contra a mulher.

A proposta de ensino foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Almirante Barroso”, com os estudantes da primeira série do ensino médio, através da metodologia de ensino dialética, que consiste no ensino de filosofia em três movimentos. Primeiramente, os estudantes foram colocados em contato com a realidade vivida para que percebessem o fenômeno no qual a violência contra a mulher se apoia. No segundo momento, ofereci a eles um trabalho de abstração, executado através de texto filosófico – que os fez refletir sobre a problemática trabalhada no momento anterior. E, finalmente, o terceiro momento consistiu na reconstrução da compreensão do real; a tentativa de superar os momentos anteriores, criando uma síntese dos três momentos do processo do ensino de filosofia.

1. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DADOS SOBRE O PROBLEMA

Este capítulo aborda o fenômeno da violência contra as mulheres, antecedendo uma discussão sobre o que de fato as afeta e vitimiza. Deste modo, é importante a exposição de dados que tornam evidentes como se desenvolve a violência e onde esta se faz mais recorrente. O problema que orientou a elaboração desta dissertação envolve a percepção da misoginia e da violência contra as mulheres, mais especificamente, a violência doméstica – predominante dentre os tipos de ato ilícito direcionados às mulheres.

De acordo com o Instituto Maria da Penha (2019), que disponibiliza um banco de indicadores estatísticos sobre a violência de gênero no Brasil, a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal. Essa estatística insiste em fazer parte da realidade do país, mesmo depois da criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Criada em 07 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha tem o objetivo de prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, principalmente a que acontece no âmbito doméstico. Atualmente, é a principal legislação contra este tipo de crime no Brasil. Nela estão classificados os tipos de abuso imputados às mulheres nas seguintes categorias: a) violência patrimonial; b) violência sexual; c) violência física; d) violência moral; e, e) violência psicológica (BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania 2011).

Para entender um pouco mais como a violência afeta as mulheres, e como se faz urgente a criação de novas propostas para combater e reduzir tais práticas, apresentarei dados que permitem compreender como estas se desenvolvem na sociedade. O primeiro documento, de autoria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto de Pesquisa Datafolha, é o relatório-pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (2019). O segundo documento consiste no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), produzido pelo FBSP, e que apresenta as atualizações dos índices e percepções das violências contra as mulheres.

O relatório do FBSP do ano de 2019 aponta um dado extremamente preocupante: que o autor do episódio mais grave de violência relatado por 76,4% das mulheres era alguém conhecido da vítima. Outro dado importante é que a maioria das mulheres continua sendo vítimas dentro das próprias casas, totalizando um percentual

de 42%; e que apenas 10% das entrevistadas relataram ter buscado uma delegacia da mulher após o episódio mais grave de violência sofrida. Verificou-se que 52% das mulheres alegaram não ter feito nenhuma denúncia – fato que denota a existência de subnotificações quanto aos casos de violência contra as mulheres (FBSP, 2019).

Ainda de acordo com o documento, quase 60% da população reportou ter visto situações de violência e assédio nos últimos 12 meses em seu bairro ou comunidade. A pesquisa apontou que 21,8% das mulheres foram ofendidas verbalmente; 16,5% foram agredidas fisicamente; 22,5% sofreram casos de ameaça, de agressão, de amedrontamento e de perseguição; 1,7% das mulheres foram as vítimas de esfaqueamento ou tiro; e, 8,9% das mulheres sofreram casos de ofensa sexual [que foram reportados] (FBSP, 2019).

No que concerne à faixa etária, nota-se que a violência alcança 42,6% das mulheres entre 16 e 24 anos e diminui conforme aumento da idade, levando a perceber que a violência em geral afeta mulheres de todas as faixas etárias (FBSP, 2019). Um recorte racial aponta que há maior vitimização entre as mulheres negras, e o tipo de agressão que prevalecente é a ofensa sexual – 9,5% (FBSP, 2019).

O feminicídio segue a mesma lógica, afetando mulheres das mais diversas idades; todavia, possui uma abrangência maior entre as jovens que se encontram na fase reprodutiva da vida. Visualiza-se que a maior incidência ocorre também para com mulheres negras, sendo 62%, frente a 37,5% de brancas, destacando a disparidade racial quanto a violência (FBSP, 2019).

De acordo com o relatório “Um vírus e duas guerras”² (SANTANA, 2020), desde que a pandemia de coronavírus começou no Brasil, no período dos primeiros seis meses, 497 mulheres foram assassinadas, com a estatística de um feminicídio a cada nove horas, uma média de três mortes por dia. Situação que agrava ainda mais a preocupação da sociedade civil com relação à violência contra as mulheres.

Esses dados foram coletados por meio de uma parceria entre sete veículos de jornalismo independente (SANTANA, 2020), com vias a monitorar a evolução da violência contra a mulher e visibilizar este fenômeno silencioso, que faz dezenas de vítimas todos os dias. Especialistas apontam que os indicadores apresentados nesse período específico demonstram a dificuldade existente para que as mulheres façam

² Levantamento inédito de dados realizados para monitorar casos de feminicídio durante a pandemia de Covid-19, realizado pelo Projeto Colabora.

denúncias e acessem os serviços de apoio; denotando que o foco da violência estava dentro do próprio lar da vítima.

No contexto da pandemia de Covid-19 a violência sofrida pelas mulheres no âmbito doméstico se intensificou, visto que medidas de distanciamento social foram necessárias. A Organização Mundial da Saúde orientou as pessoas a ficarem em suas casas para evitar o contágio pelo do vírus; porém, nota-se essa medida protetiva fez com que mulheres em situação de violência ficassem ainda mais vulneráveis.

Foi constatado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) um crescimento relativo à violência contra mulheres, mostrando um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça, e crescimento 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica. Mas, além do aumento da violência perpetrada dentro de casa, a crise econômica decorrente do momento da pandemia gerou para as mulheres, principalmente, a perda de emprego e a diminuição da renda familiar (FBSP, 2022). Análise do FBSP (2022) aponta que este cenário dificultou ainda mais o rompimento com parceiros violentos.

Um número significativo de feminicídios acontece dentro da residência das vítimas; crimes que maior parte das vezes são praticados por seus companheiros (atuais ou ex) (FBSP, 2022). No período da pandemia os números mantiveram-se alarmantes: os dados indicaram que a cada 7 horas uma mulher foi vítima de feminicídio no Brasil. “Nos últimos dois anos, 2.695 mulheres foram mortas pela condição de serem mulheres” (FBSP, 2022). O estado do Espírito Santo foi um dos lugares que mais se destacaram por morte de mulheres no Brasil. A taxa de feminicídios por 100 mil mulheres foi de 1,8 no Espírito Santo em 2021 – acima da média nacional, que foi de 1,2 feminicídios por 100 mil mulheres (FBSP, 2022).

Deste modo, reafirmo que fenômeno da violência deve ser questionado, levando em consideração todos os aspectos que influenciam a manifestação de ações violentas, exploração e depreciação cometidas contra as mulheres. A partir disso poderemos trabalhar adequadamente e alcançar melhores respostas quanto a tentativa de proteger e ressignificar a forma como as mulheres são vistas e tratadas na nossa sociedade.

Os dados aqui expostos reiteram o fato de que o problema da violência contra as mulheres é evidente e afeta milhares de mulheres no Brasil. Devemos reconhecer que já existe um trabalho de combate à violência contra as mulheres através de leis

que protegem e amparam as vítimas de violência. Porém, para reforçar ainda mais o empenho em proteger e acolher as vítimas, assim como evitar futuras agressões, é necessária uma proposta educacional filosófica dentro do âmbito escolar. Uma estratégia para fortalecer a estrutura legal e trabalhar preventivamente o problema, que reconheça a educação como uma aliada no processo de mudança que almejamos quanto à misoginia e a violência.

Por isso, durante todo percurso deste trabalho apostei na interseção entre educação filosófica e a teoria feminista, por meio da qual levantei junto aos estudantes os devidos questionamentos sobre os reais motivos das ações violentas, promovendo uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto desta problemática. O produto da pesquisa, isto é, aquilo que busquei durante o trabalho foi: *a resignificação da forma como os estudantes lidam com o problema da violência contra as mulheres, e a criação de um novo modo de pensar e agir para empreender uma mudança na sociedade frente a este problema.*

2. A ANÁLISE FEMINISTA: CONHECENDO A ESTRUTURA QUE GERA A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O objetivo deste capítulo é demonstrar através das análises de filósofas feministas como se sustentam a exploração e a violência contra as mulheres; uma estratégia para revelar e desconstruir o sexismo estrutural. Para que isso aconteça, é preciso reconhecer que essa é uma tarefa coletiva, assim como a reconstrução da nossa compreensão sobre o ser mulher com ênfase no pensamento feminista.

Para que essa compreensão se torne possível, inicialmente apresentarei uma perspectiva que tem como referência principal o estudo da filósofa Silvia Federici (2019): *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*.

Neste livro Federici (2019) desenvolve, uma profunda análise filosófica sobre a exploração da mulher e elucida como o feminismo se tornou fundamental, enquanto movimento político, para a conscientização e luta femininas em prol de direitos humanos. A autora aborda o tema sob uma ótica de percepção, reflexão e denúncia; como o sistema econômico capitalista impulsiona a exploração e a subjugação do sexo feminino.

Uma das questões que orientam a filosofia da autora é o fato de a mulher ter sido condicionada ao trabalho doméstico, e a sua não valorização por este trabalho. Por isso, Federici (2019) propõe, juntamente com outras feministas, uma luta pela remuneração para o trabalho doméstico. Outra reflexão pertinente ao pensamento da autora é a questão de que o útero feminino foi transformado em uma máquina para a reprodução da força de trabalho. Isso fez com que a procriação se tornasse uma norma para atender o capital; por isso, reconhece e afirma que a luta contra o capitalismo deve ser uma luta feminista, antirracista e anticolonial, partindo da pauta gênero raça e classe.

Federici (2019), ainda jovem, através da sua percepção oferecida pela experiência familiar, observava o trabalho da sua própria mãe ao cuidar da casa, ao preparar os alimentos, ao bordar, ao cuidar das plantas a consertar roupas e sapatos. Sobre isso, a autora relata:

Como criança, eu via o seu trabalho; mais tarde, como feminista, eu aprendi a enxergar a sua luta. Assim me dei conta da quantidade de amor que havia naquele trabalho e, ainda, do quão custoso foi para minha mãe vê-lo ser frequentemente subestimado, sem nunca ser capaz de dispor de algum dinheiro para si mesma e de sempre ter que depender do meu pai para cada centavo que ela gastava (FEDERICI, 2019, p.18).

As questões que a autora nos convida a refletir vão além do tema da dependência financeira; ela nos revela o óbvio: como um trabalho pode ser subestimado apesar de necessário e importante para a sociedade. Tão presente no nosso cotidiano, o trabalho doméstico é tido como um trabalho invisível. O conceito de trabalho reprodutivo desenvolvido pela autora (FEDERICI, 2019) nos tensiona a repensar sobre a condição da mulher diante do trabalho doméstico; e, sobretudo, como, aos olhos da nossa sociedade, este tipo de exploração foi naturalizado.

O leitor pode perguntar: por que é importante pensar a problemática que envolve o trabalho doméstico, e levar estes questionamentos para o âmbito escolar?

Pensar uma sociedade menos violenta, mais justa e livre, geralmente nos leva a ver a educação como uma aliada no caminho para este ideal. Por isso, a proposta de ensino aqui presente procura repensar filosoficamente o ser mulher a partir do que nos é mais comum, o nosso cotidiano e o trabalho no qual ela está inserida. Em se tratando de trabalho, a formação escolar é um preparatório para que os estudantes possam se inserir no mundo do trabalho, porém, é importante que tenhamos uma ampla análise sobre o que é o trabalho e como ele pode trazer dignidade ao ser humano.

Silvia Federici, através das suas reflexões, leva-nos a pensar em nosso cotidiano e nos problemas sociais nele inseridos. Faz-nos considerar como a nossa realidade foi construída e delimitada, com tudo o que faz a estrutura social ser da forma que é. Neste direcionamento, refletir sobre a inserção da mulher na dinâmica cultural, social, política e econômica orientada pelo capitalismo vigente é reconhecer que este sistema econômico promove um pensamento que controla os corpos e explora as mulheres das mais diversas formas possíveis.

A exploração promovida pelo capitalismo muitas vezes se torna uma violência que nega dignidade e motiva a desvalorização e prática de maus-tratos sobre as mulheres. Todavia, é difícil perceber este complexo sistema, pois ele é bem sutil e se apresenta como algo natural; assim nos induzindo a pensamentos falaciosos em relação às mulheres, e sobre como devemos nos adequar às exigências impostas pela sociedade. Uma dessas imposições, analiso, é o trabalho doméstico ser atribuído quase exclusivamente às mulheres.

Em oposição a essa forma de compreensão que objetifica as mulheres e nossos corpos, emerge o pensamento feminista a partir da necessidade de unificação

e organização das mulheres. O feminismo existe para que juntas possamos pensar em alternativas que tragam dignidade, valorização e bem-estar a nós, mulheres. Isso será feito através deste movimento político que age em prol de nossos direitos, respeito e dignidade.

Em busca de analisar à luz da filosofia essa lógica construída socialmente – que tenta delimitar as mulheres como sendo um objeto –, e também por compreender melhor como se dá a exploração da mulher por meio da imposição do trabalho reprodutivo, Federici (2019) traz considerações relevantes e elucidativas. Segundo a autora, as mulheres são importantes para a manutenção e o crescimento econômico devido à configuração atribuída pelo capital; de serem reprodutoras e também mão de obra gratuita no trabalho doméstico que sustenta a nossa base social.

Federici (2019) mostra que, apesar de parecer ser uma atividade natural, o trabalho destinado à mulher dentro do seu lar tem origem e razão para existir. Neste direcionamento, visando desconstruir tal imposição de ser dona de casa [atribuída à mulher], a filósofa afirma que:

[...] não existe nada de natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida (FEDERICI, 2019, p. 43).

Nesta estrutura capitalista, existe um treinamento, reproduzido pela mãe, que intenta transformar a mulher em um ser dócil, que sirva ao seu marido e que seja dependente dele. A dona de casa não tem salário, tampouco direitos trabalhistas referentes ao trabalho doméstico realizados no lar; então, dentro desta lógica, caberia ao marido ter um ofício que se sustente e que provenha o sustento ao seu lar (esposa e filhos). Logo, ambos, esposa e marido se encontram aprisionados dentro deste sistema que gera mútua dependência.

Quando se casa, a mulher se torna dona de casa? Ao pensarmos sobre esta questão é importante que identifiquemos a ideologia por trás dela. Uma lógica construída para que a mulher aceitasse o destino de trabalhar exaustivamente dentro de casa, sem receber por este trabalho desempenhado, praticamente dia após dia, e mesmo assim se sentisse como “dona” da sua casa. O sistema econômico, no entanto, não a reconhece como trabalhadora e lhe retira tal status a partir do momento que nega salário e direitos. Por conseguinte, a sociedade não consegue perceber um

detalhe: na dinâmica de expropriação, a dona de casa foi rebaixada ao patamar de escrava; escrava do seu lar e da sua família.

A naturalização do fato de que a mulher deve ser dona de casa, realizar os serviços domésticos e dependente financeiramente do seu marido, coloca-a na posição de serva e este na posição de senhor. Essa compreensão da realidade induz o marido a pensar que sua esposa, por depender dele e de seu salário, torna-se sua propriedade. Instaura-se neste momento a questão do poder e, por esse motivo, como senhor, ele se vê autorizado a bater na esposa quando se sentir frustrado por qualquer motivo. O pensamento predominante é: a mulher deve seguir a sua função social, ser dócil e subserviente. Na obra “Mulheres e caça às bruxas” Federici (2019) discorre:

[...] a violência sempre esteve presente na família nuclear como uma mensagem nas entrelinhas, uma possibilidade, porque os homens, graças a seus salários, conquistaram o poder de supervisionar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, de usar as mulheres como serviçais e de punir sua recusa a esse trabalho. Por isso a violência doméstica praticada pelos homens não foi até recentemente, considerada crime (FEDERICI, 2019, p. 93).

Em muitos casos, as mulheres não denunciam os abusos e os maus-tratos que sofrem por medo de serem rejeitadas pela família ou submetidas a mais situações de violência. Todavia, persiste a indagação: como romper esse ciclo de violência quando a vítima depende financeiramente do marido? Uma questão difícil de responder, e que por vezes ultrapassa a questão financeira. Em determinados casos, ainda que tenha sua independência financeira [um emprego fora de casa, com salário, direitos e reconhecimento enquanto trabalhadora], ao chegar em seu lar a mulher retorna à condição de dona de casa e deve dar conta de realizar as tarefas domésticas – em menor tempo, dada dupla jornada.

Mesmo diante de uma jornada intermitente de trabalhos, em que a mulher desempenha várias funções durante o dia, ela recebe somente um salário. Seu marido ainda espera que ela execute o seu papel de boa esposa, dócil e subserviente – e a sociedade também espera isso dela. Mas, diante desse quadro, a mulher se vê cansada e frustrada, por ser tão explorada – casos em que o marido tem consciência e assume com responsabilidade sua parte nas tarefas de casa, são minoria.

Federici (2019, p. 69) nos alerta que “conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos”. Várias mulheres

trabalham em um segundo emprego, visto que o primeiro está relacionado às suas obrigações domésticas, e aquelas que possuem poder aquisitivo para contratar alguém que cuide dos seus afazeres domésticos, simplesmente redistribuem a carga de trabalho referente a si para que outras façam. Geralmente, as empregadas domésticas contratadas também possuem obrigações em seus respectivos lares; ou seja, elas acumulam dois trabalhos. Por isso, a crise do trabalho doméstico não se resolve, só se desloca para uma outra mulher (FEDERICI, 2019).

O problema da violência através da exploração dentro da lógica do nosso sistema socioeconômico não se encerra somente nesta perspectiva do trabalho doméstico. Também é analisada por Federici (2019) a questão da reprodução como procriação, segundo a autora, o controle dos corpos das mulheres é feito pelo Estado por meio das leis, e essas foram elaboradas a partir do interesse patriarcal capitalista. Ela afirma:

Em alguns países somos forçadas a uma produção intensa de crianças; em outros, nos dizem para não reproduzirmos, especialmente se somos negras ou contamos com auxílio do governo, ou que temos a tendência a reproduzir “pessoas causadoras de problemas” (FEDERICI, 2019, p. 69).

Por essa perspectiva de análise podemos compreender que a mulher é responsável por produzir filhos (dado seu papel de ser “reprodutora natural”). Além disso, cabe à mulher no papel de mãe, ser a educadora dos filhos para que se tornem futuramente força de trabalho. O capital precisa de trabalhadores e a família é a responsável por sempre fornecer os trabalhadores que a economia tanto almeja.

Nota-se o porquê de a figura da mãe dentro da família ser tão fundamental para o sistema capitalista: ela gera, alimenta, cuida e educa os filhos. Porém, a compreensão de que o ventre da mulher é um reprodutor de mão de obra é bem mais antiga do que imaginamos. Angela Davis, outra importante filósofa feminista, também reconhece o papel reprodutivo da mulher ao analisar o sistema escravagista e a indústria do algodão, do século XIX nos EUA, ela afirma em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”:

Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com criança de colo (DAVIS, 2016, p. 21).

Infelizmente, quando analisamos a época descrita por Davis, os proprietários tratavam as mulheres escravizadas não como mães, mas apenas como reprodutoras

que garantiriam que sempre houvesse a força de trabalho escrava. A exploração do corpo da mulher escravizada sobressaía à exploração do corpo do homem escravizado, pois, além de ser explorada no trabalho, a criança gerada no ventre da negra, tinha um valor de mercado. O proprietário possuía direitos sobre os dois, mãe e filho, porém ele não considerava aquela mulher na condição de escravizada como um ser humano e, por consequência, também não a considerava como mãe. Por essa lógica, os seus filhos poderiam ser vendidos como se fossem objetos (DAVIS, 2016).

A história nos mostra novamente o sistema de expropriação do corpo feminino, e como a lógica social e a moralidade daquela época permitia a exploração. A mulher ter como seu papel fundamental ser reprodutora natural, e por isso, ser a responsável pela procriação da humanidade, atende uma lógica muito relevante ao sistema capitalista, Federici (2019) nos alerta que:

Por anos o capital nos tem dito que nós apenas servimos para fazer sexo e ter bebês. Essa é a divisão sexual do trabalho, e nós nos recusamos a eternizá-la, como inevitavelmente acontece quando perguntamos: “o que realmente quer dizer ser mulher; quais são se elas existem, as qualidades específicas, necessárias e eternas que se enquadram nessa característica?” (FEDERICI, 2019, p. 74).

Se nós, mulheres, já temos uma configuração pré-estabelecida pela sociedade, algo que nos delimita na forma de ser, pensar, agir e desejar, e impõe uma utilidade determinada, esta configuração deve ser questionada e, por conseguinte, desconstruída. A pergunta que Federici nos orienta neste momento “*o que realmente quer dizer ser mulher?*” inevitavelmente nos conduz a um outro pensamento: Quem é a mulher na nossa sociedade?

Para dizer o que é ser, devemos levar em consideração que esse ser é sempre dito de um determinado tempo e espaço, pois somos seres históricos e culturais, e isso significa que a cultura que nos determina, sempre estará situada em um espaço geográfico e marcada por uma época histórica. E a época que nós estamos inseridas é, sem dúvida, regida pelo sistema capitalista. Assim sendo, analisar nossa cultura e sua delimitação sobre o ser da mulher envolve sobretudo um conhecimento do nosso sistema econômico para que assim possamos questioná-lo.

As mulheres na nossa sociedade são exploradas e subestimadas, porque a economia determina que assim seja; por isso, recusar a imposição feita pelo capital é romper com esta estrutura de exploração social sobre nosso ser. Para lutar contra essa exploração nós, mulheres, precisamos nos unir e nos organizar para conseguir

reestruturar nossa condição de ser nesta cultura. É neste direcionamento que Federici (2019) nos sensibiliza onde realmente a economia é construída e a partir disso, nos indica qual melhor estratégia devemos ter.

Se a casa é *oikos* sobre a qual a economia é construída, então são as mulheres, historicamente trabalhadoras e prisioneiras da casa, que precisam assumir a iniciativa de retomar a casa, como um centro de vida coletiva, atravessado por múltiplas pessoas e formas de cooperação, oferecendo segurança sem isolamento ou fixação, permitindo o compartilhamento e a circulação de posses comunitárias e, acima de tudo, oferecendo uma base para formas coletivas de reprodução (FEDERICI, 2019, p. 321).

Percebo que a autora não nos coloca na posição de abandonar a nossa forma de ser; porém, quando demonstra a possibilidade de formas comunitárias e uma base para formas coletivas de reprodução, Federici (2019) aponta para uma nova estrutura social, e a alternativa para alcançar a liberdade quanto ao sistema de exploração capitalista, torna-se uma revolução através da união das mulheres com o objetivo de uma reestruturação econômica construída sobre uma forma de vida coletiva e comunitária. Essa alternativa proposta por Federici nos mostra como ela tem se aproximado de uma visão cada vez mais autonomista.

No texto “La reproducción social em disputa”: um debate entre autonomistas y marxistas, Varella (2020) analisa o pensamento de Federici, reconhecendo que o tema da reprodução social gera um debate muito importante para o feminismo contemporâneo, tendo em vista a heterogeneidade das mulheres que lutam contra o sistema que desenvolve a opressão de gênero, raça e classe. Para Varella (2020), a lógica construída por Federici diz respeito ao conceito de fábrica social, que considera o trabalho doméstico como produtor de valor e pilar central da economia que necessita da reprodução de seres humanos e da força de trabalho, indicando o protagonismo das mulheres na reprodução social, o que nos torna prioritárias na luta contra o capitalismo. “Este caráter de *oikos* (unidade básica) o transforma, conforme Federici no “ponto zero” da revolução, portanto o território privilegiado da luta de classes e de construção de uma sociedade além do capitalismo” (VARELLA, 2020, p. 84, tradução nossa)³.

O *oikós* (em português, casa) é, sobretudo, indicador de vida coletiva. Assim, quando Varella (2020) analisa o pensamento de Federici no ponto zero da revolução,

³ Este carácter de *oikos* (unidade básica) lo transforma, em términos de Federici, em el “punto cero” de la revolucion y, por ende, el territorio privilegiado de la lucha de clases y de construcción de una sociedad más allá del capitalismo.

apesar de reconhecer a grande importância de toda a construção e análise realizada por ela, também reconhece uma certa limitação no pensamento de Federici.

A centralidade da mulher limitada somente à revalorização do trabalho reprodutivo, ao mesmo tempo que lança luz sobre esse tipo de exploração, mostra que a revolução indicada por Federici se limita apenas a um espaço de atuação das mulheres, isto é: engloba somente mulheres trabalhadoras que trabalham na reprodução. Atualmente vemos quão importante é englobar todas as trabalhadoras na luta contra o sistema de exploração, visto que vários outros tipos de trabalho que as mulheres desempenham são tão explorados quanto o trabalho reprodutivo.

Angela Davis (2016) analisa de modo parecido a valorização do trabalho reprodutivo, dizendo que, mesmo aceitas como naturais essas obrigações atribuídas às mulheres, devem ser questionadas. Entretanto, mesmo se essas tarefas fossem redistribuídas igualmente entre homens e mulheres, não teríamos uma solução satisfatória, dado que nem homens nem mulheres merecem perder seu tempo nestas tarefas. Ela aponta a industrialização destas tarefas como uma possível solução.

Um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas avançadas envolve a possibilidade – a real possibilidade – de transformar radicalmente a natureza das tarefas domésticas. Uma parte substancial das incumbências domésticas das donas de casa pode de fato ser incorporada na economia industrial. [...]Equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de alta tecnologia, poderiam realizar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz de modo tão árduo e primitivo (DAVIS, 2016, p. 226).

Para Davis (2016), diante da possibilidade de um desenvolvimento tecnológico, as tarefas domésticas podem estar destinadas à obsolescência histórica, o que acabará por tirar das mulheres a responsabilidade que lhes foi “naturalmente” atribuída. A criação da figura da “dona de casa” na economia norte-americana teve um propósito ideológico para atender os anseios capitalistas, em que se delimitou a separação entre a casa e a fábrica.

No século XIX, o lugar da mulher na economia capitalista ainda começava a ser delimitado socialmente. As mulheres brancas trabalhavam em fábricas por um baixo salário, e as negras sob coerção da escravidão. Nesta época, somente mulheres de classe média emergente faziam parte do grupo de donas de casa.

Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. Como a propaganda popular representava a vocação de todas as mulheres em função

dos papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública (DAVIS, 2016, p. 231).

A citação acima, reflete o projeto capitalista de determinar o lugar da mulher dentro da economia, restringindo sua atuação aos serviços domésticos dentro da casa, fetichizando a figura da dona de casa, para que esta fosse a representação da feminilidade. Trata-se da ideologia da exploração da mulher como dona de casa que influencia a subvalorização da mulher nos outros tipos de trabalho. Assim, mulheres que não se adequavam ao padrão da dona de casa da época, mas precisavam trabalhar em outros tipos de emprego, foram subordinadas às baixas remunerações trabalhando fora de casa.

As negras, dado o histórico da escravidão de seu povo, não tiveram escolha quanto ao trabalho e, mesmo após a abolição, trabalhavam tanto quanto os seus companheiros, o que as tornavam inadequadas à ideologia da feminilidade da dona de casa. Apesar de não se adequarem ao papel de donas de casa, as mulheres negras sempre estiveram submetidas aos trabalhos domésticos, tendo que se subordinar tanto ao trabalho assalariado mal remunerado (pois assumiam juntamente com seus companheiros a responsabilidade de provedoras da família), quanto aos serviços domésticos cuidando dos seus maridos e suas crianças.

Ao analisar a participação da mulher no sistema de produção capitalista Davis (2016) elucida que, após a Revolução Industrial, houve separação entre a economia doméstica e a pública. A economia doméstica, por sua vez, é uma precondição ao sistema de produção capitalista. Neste sentido, a ideia de pagamento para as mulheres que são donas de casa é muito atraente, porém, Davis também ressalta que as mulheres não se sujeitaram por muito tempo a essa condição, visto que, o trabalho doméstico é exaustivo e interminável.

O fato de que as mulheres beneficiárias de programas de assistência social raramente tenham reivindicado uma compensação por se encarregar das tarefas da casa não é uma crítica implícita ao Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas? O slogan que articula a alternativa imediata ao sistema desumanizador do bem-estar-social frequentemente proposta por elas não é “remuneração pelas tarefas domésticas”, mas sim “renda anual garantida para todas as pessoas”. Entretanto, o que elas desejam no longo prazo é emprego e creches públicas acessíveis. A garantia de renda anual funciona, portanto, como um seguro-desemprego até que sejam criados mais empregos com salários adequados, juntamente com um sistema de creche subsidiado (DAVIS, 2016, p. 238).

Quanto à remuneração pelo trabalho doméstico, a autora ressalta que mulheres que trabalham como empregadas domésticas e faxineiras dificilmente querem permanecer nessa condição – principalmente as negras que durante tanto tempo tiveram que desempenhar serviços domésticos na sua própria casa e na casa de outras mulheres. Contudo, Davis (2016) ressalta que foi perceptível como o número de mulheres negras na função de empregadas domésticas diminuiu quando a elas foi oportunizado acesso a empregos administrativos.

O descontentamento das mulheres frente aos serviços domésticos mostra que o problema não está relacionado somente à remuneração que elas recebem ou não, mas, sobretudo, ao sexismo que as oprime e as aliena. A solução proposta por Davis (2016) é sair desta perspectiva alienante dos serviços domésticos e procurar emprego fora de casa.

E, à medida que mais mulheres se organizam em torno da reivindicação por mais empregos – empregos em termos de completa igualdade com os homens –, questões sérias são cada vez mais levantadas a respeito da viabilidade futura das obrigações das mulheres como donas de casa. É bem verdade que a “escravidão a uma linha de montagem” não é em si a “libertação da pia de cozinha”, mas a linha de montagem, sem dúvida, é o mais poderoso incentivo para que a mulher pressione pela eliminação de sua antiga escravidão doméstica (DAVIS, 2016, p. 244).

A perspectiva de Davis (2016) quanto à problemática da remuneração do trabalho doméstico para valorizar as mulheres demonstra a opressão sofrida por elas dada naturalização deste tipo de atividade. Apesar de Angela Davis reconhecer a importância de um salário para o trabalho doméstico, ela também nos leva ao seguinte questionamento: este deve continuar sendo uma atribuição dada somente às mulheres? Noto, assim, a importância de separar o serviço doméstico da figura das mulheres, para que seja possível alcançar realmente uma liberdade neste sentido.

É muito pertinente que as filósofas negras nos levem a pensar sobre este ponto, visto estarmos inseridos em uma sociedade que, além de sexista e machista, é racista – que trata as mulheres negras com preconceito e discriminação. “Afim, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço” (GONZALEZ, 2020, p. 83); visto que as mulheres negras sofrem uma tripla opressão: de gênero, classe e raça.

Se às mulheres brancas é atribuído estigma de “donas de casa”, às negras direcionou-se o de “empregada doméstica”. Analiso que essa situação só mudará a partir do momento em que seja oferecido a estas mulheres a real possibilidade de

estudos para formação adequada e acesso a empregos que estejam no âmbito público.

Em uma sociedade onde o racismo e o sexismo impõem um trabalho específico às mulheres, principalmente às negras, devemos questionar: a divisão desigual do trabalho doméstico não seria uma violência? A ideologia que foi construída, de que naturalmente a mulher é “dona de casa”, promove uma opressão que deve ser questionada e abolida. Pois, impor à mulher essa condição, limitando-a a este serviço restrito ao âmbito particular da casa da família, é promover um encarceramento a um espaço limitado. Falo de uma condição que dificulta a socialização das mulheres com outras, e uma subjugação que invisibiliza o trabalho realizado por elas dentro de casa.

A filosofia que Federici (2017; 2019) desenvolveu através das análises sobre o trabalho doméstico, como ele foi relacionado às mulheres e a necessidade de uma remuneração, é de suma importância. Por conseguinte, a complementação que Davis (2016) dá tal proposta é libertadora, pois, apesar de ela também reconhecer a importância de salário para trabalho doméstico, reitera a importância de desvincular a figura das mulheres dos serviços reprodutivos. Abre-se, pois, uma nova perspectiva de socialização das tarefas domésticas, onde todos serão responsáveis pelos serviços domésticos e cuidados com as crianças e idosos. Mas essa possibilidade só será possível quando o trabalho reprodutivo for valorizado.

Ademais, quando Federici (2019) reivindica um salário para o trabalho doméstico, realizado pelas mulheres na tentativa de valorizar este trabalho ao ponto dessas mulheres protagonizarem a revolução, ela valoriza as mulheres frente ao trabalho reprodutivo, mas de uma certa forma limita a revolução a somente uma espécie de trabalhadora. Porém, precisamos da atuação de todas as trabalhadoras na revolução contra as explorações do capital.

É preciso impulsionar todas as mulheres a se desenvolverem cada vez mais em várias profissões, para que essa revolução seja possível dentro da diversidade. Outro aspecto muito importante ao qual devemos nos atentar é a necessidade de sensibilizar os homens para que se conscientizem e se unam à causa do feminismo. Como dito, através da participação dos homens unidos ao feminismo, a revolução trará, em si, a diversidade para além da que já existe entre as mulheres.

Diante deste quadro, analiso ser crucial levar tais reflexões para o âmbito escolar, para que os estudantes (mulheres e homens) possam se conscientizar.

Conscientização esta que advém da aquisição de conhecimento sobre a ideologia que aprisiona as mulheres ao trabalho reprodutivo. E assim se sentirem convidados a participar do movimento em busca de uma verdadeira igualdade social.

Por se tratar de um movimento democrático, o feminismo que traz em si a diversidade, apresenta tanto às mulheres quanto aos homens a oportunidade de refletir sobre o assunto. É diante deste cenário que reafirmo ser necessária a conscientização de nossos estudantes numa perspectiva de análise do passado e transformação do presente; visando um futuro melhor, no qual as mulheres sejam respeitadas e estejam livres da opressão e da violência.

2.1 Repensando a questão da violência doméstica

No tópico anterior abordei a estrutura e a ideologia que submete as mulheres a uma posição de exploração frente ao trabalho doméstico. Dando prosseguimento aos estudos, adiante tratarei especificamente da questão da violência doméstica.

Recorrerei ao pensamento de bell hooks (2017) que, primeiramente, reconhece ser graças ao feminismo que este tipo de violência tenha alcançado status de preocupação e discussão dentro da nossa sociedade. Ela também ressalta que este tipo de violência é uma violência patriarcal, ou seja, que se justifica na aceitação de que uma pessoa mais poderosa, possa controlar os outros através da força coercitiva.

Por outro prisma, bell hooks (2020) nos leva a refletir sobre como o termo *violência doméstica* suavizou a forma de encararmos a violência que acontece dentro do lar. Ocorre de forma que, por estar inserida em um contexto íntimo e privado, tendemos a vê-la como menos ameaçadora. Ademais, crianças também podem estar inseridas dentro deste contexto da violência doméstica, pois elas são emocionalmente afetadas por testemunhar violência e sofrerem abuso quando tentam proteger a mãe, que está sendo atacada por um companheiro ou marido.

Uma das pautas que hooks (2017) acredita que o movimento feminista deva defender é o fim de todas as formas de violência. A autora faz isso lançando reflexões que questionam o sistema como um todo:

Assim como a maioria dos cidadãos desta nação [os EUA] acredita em salários iguais para funções iguais, a maioria do pessoal acredita que homens não deveriam espancar mulheres nem crianças. Ainda assim, quando dizem para essas pessoas que violência doméstica é um resultado do sexismo, elas não conseguem fazer essa dedução lógica, porque isso exige desafiar e mudar maneiras fundamentais de pensar gênero (HOOKS, 2017, p. 96).

O sistema que devemos questionar e repensar é o “patriarcado capitalista” (HOOKS, 2020, p.173) que é um sistema que traz em si a opressão, a exploração e a violência contra as mulheres (principalmente a violência doméstica). Diante deste sistema precisamos repensar a forma como homens e mulheres se relacionam, e sobretudo questionar de onde provém a violência que afeta as mulheres.

Enquanto feminista negra, bell hooks (2017) na tentativa de compreender o fenômeno da violência perpetrada contra as mulheres, analisa sobretudo a conjuntura que envolve a opressão de gênero, raça e classe. A partir disso, primeiramente ela se debruça sob a questão que envolve o preconceito, a exploração e a violência racial, ressaltando que apesar das lutas do movimento Black Power contra o racismo que operava nos Estados Unidos nos anos de 1960, os homens negros lutavam somente contra o racismo, não manifestando interesse por promover uma igualdade de gênero para as suas companheiras de raça, pois assim como os homens brancos, os negros “acreditavam na inferioridade natural da mulher” (HOOKS, 2020, p.163).

O patriarcado ensina os homens a verem as mulheres como objetos, destituídas de valores humanos, por isso a misoginia é uma construção social que incentiva homens a odiarem mulheres, dentro dessa lógica, a imposição do poder patriarcal é feito através da violência. “Homens negros têm sido sexistas ao longo de sua história nos Estados Unidos, mas na contemporaneidade, o sexismo abertamente, tomou a forma de misoginia – ódio não disfarçado às mulheres” (HOOKS, 2020, p.168).

A violência doméstica é gerada principalmente através da tentativa de imposição de superioridade do homem sobre a mulher por meio do sexismo. Homens vivem de acordo com uma sociedade patriarcal e capitalista, onde a opressão é a forma mais eficaz de obter poder pessoal. Sendo assim, na lógica do sistema capitalista, uma pessoa só tem seu valor reconhecido se tiver algum tipo de poder.

Diante desse quadro, na tentativa de estabelecer poder, os norte-americanos possuem uma cultura de violência e opressão, sendo também uma sociedade bélica, pois principalmente os homens andam armados para afirmar sua força masculina. Os meninos tanto os negros quanto os brancos crescem aprendendo isso. “No entanto, em uma cultura em que a violência domina a mídia (televisão, filmes, quadrinhos), é perfeitamente compreensível que jovens, homens e mulheres, glorifiquem a violência” (HOOKS, 2020, p. 171).

Verifica-se que a cultura da violência é amplamente divulgada e a mídia a transmite de maneira eficaz. Exemplo disso é o caso dos Estados Unidos, onde a população já naturalizou a violência como um aspecto cultural, que é, inclusive, lançado para o mundo por meio de filmes hollywoodianos.

Verifica-se que a sociedade norte americana é reconhecida internacionalmente por dois grandes aspectos: seu poder bélico e sua potência econômica. A reconhecida economia capitalista estadunidense se sustenta sobre a exploração das e dos trabalhadores. hooks (2020) reconhece que tamanha exploração tem impulsionado cada vez mais a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e avalia ser necessário que isso aconteça, pois, as mulheres também são responsáveis por parte da renda financeira que custeiam as despesas domésticas e o sustento familiar. Fator que se destaca quando se trata de mães solo, que são as responsáveis pelo sustento da sua família.

De acordo com hooks (2020, p. 173), “mais mulheres do que nunca estão no mercado de trabalho dos Estados Unidos não como resultado do feminismo, mas porque famílias não conseguem mais contar com a renda do pai”. O feminismo não foi o único responsável por promover as mulheres ao status de trabalhadoras, uma vez que, muito antes do feminismo emergir, as mulheres negras já tinham a obrigação de trabalhar. Em sociedades escravagistas, como foi o Brasil colônia, onde a mão de obra do povo negro escravizado era explorada, a mulher negra assumia um papel fundamental: na casa-grande ela era escravizada e, por essa condição, obrigada a trabalhar fazendo todos os serviços domésticos (limpar, lavar, costurar, cozinhar e até mesmo amamentar as crianças).

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (GONZALEZ, 2020, p. 54).

Em suas análises sobre o papel da mulher negra na cultura brasileira, Gonzalez (2020) demonstra que, para além da exploração da força de trabalho escravo, as mucamas que trabalhavam como serviçais na casa-grande do Brasil colônia eram também as responsáveis por boa parte da miscigenação da cultura brasileira. Elas, as mucamas, contavam as histórias que despertavam o imaginário folclórico na imaginação das crianças da época – fossem brancas ou pretas (GONZALEZ, 2020).

Sobre o momento do desenvolvimento da industrialização e urbanização no Brasil, Gonzalez (2020) nos incita a pensar sobre as relações sociais, raciais e trabalhistas que envolvem a figura da mulher negra dentro da economia brasileira, ressaltando questões que envolvem a discriminação de gênero, raça e classe.

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Segundo a filósofa, após o período de industrialização, a economia no Brasil precisava de mão de obra reserva, isto é: pessoas desempregadas que disputem por vagas de emprego nos diversos setores da economia. Na lógica capitalista, essa margem de desempregados serve para baixar o valor da mão de obra. Contudo, nota-se que tal condição intensificou o processo de marginalização da população urbana desempregada, uma vez que as regiões periféricas aos grandes centros se tornaram locais propícios para sua moradia – onde o custo de vida é mais baixo e a infraestrutura mais precária.

Às trabalhadoras negras, muitas vezes, resta viver na periferia, sujeita a todo o tipo de preconceito e violência. Ela vê a discriminação recair também sobre o seu companheiro, irmãos e filhos, que sofrem com a perseguição e a violência policiais. Persiste, assim, a noção preconceituosa de criminalização do negro desempregado [sinônimo de vadiagem no Brasil]. Sem perspectivas quanto a alternativas de trabalho, a mulher negra fica sujeita aos serviços domésticos – ou na prestação de serviços com baixa remuneração nas empresas, escolas, hospitais, onde desempenha a função de servente. É importante lembrar que essas mulheres ainda desempenham uma dupla jornada, trabalhando em seus lares.

No que se refere à perspectiva dos serviços burocráticos e de atendimento ao público, e à devida especialização para trabalhar nestes serviços, Gonzalez (2020) nos alerta sobre o racismo que opera na contratação de mulheres negras. Segundo a autora, quando essas mulheres conseguem uma especialização através de níveis mais altos de escolaridade e possuem os requisitos necessários para desempenharem a função almejada, a discriminação racial impõe sobre elas a exclusão. Para Gonzalez (2020), esta negação de acesso ao mercado de trabalho ocorre porque empresas selecionam candidatas de acordo com as características

físicas e o tom de pele; deixam evidente, portanto, o caráter discriminatório e excludente de tais contratações. “Quando nos anúncios de jornais, na seleção de oferta de empregos, surgem expressões tais que ‘boa aparência’, ‘ótima aparência’ etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas” (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Outro ponto tratado pela filósofa é a exploração da mulher negra enquanto objeto sexual. No caso do Brasil, a cultura que atribui ao corpo negro uma sensualidade exacerbada se destaca principalmente na época do Carnaval (conhecido internacionalmente pelo seu caráter festivo e sensualizado). Em contrapartida, o Carnaval é um evento em que o povo negro pode manifestar livremente sua originalidade cultural, sua música e sua arte. No que tange a esses aspectos, na obra de Gonzalez (2020) identifiquei importante crítica sobre a criação de uma profissão destinada especificamente às jovens negras: profissão mulata.

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar” (GONZALEZ, 2020, p. 59).

Analisar o que representa a figura da mulata na cultura brasileira é, sobretudo, buscar compreensão sobre a profundidade do racismo e do sexismo que estruturam nossa sociedade. A mulata significa para a jovem negra alienada a possibilidade de sair da condição de pobreza através da comercialização de sua figura [e do seu corpo] em uma dança sensualizada. Vende-se para o capitalismo, que valoriza e lucra com a imagem da mulher negra hiper sensualizada – o mesmo sistema que lançou ela e sua família às margens da sociedade e os submete à exploração e a violência.

As reflexões que apresentei até este ponto são importantes para compreender como mulheres negras foram [e são] vulnerabilizadas pelo sistema capitalista que orienta de forma racista a nossa sociedade. Também busquei elucidar sobre a narrativa que apresentava uma perspectiva das mulheres negras confinadas aos trabalhos domésticos ou serviços, nos quais estavam sujeitas a explorações e humilhações. O rito carnavalesco trouxe uma nova perspectiva para a mulher negra que, na figura da mulata, pôde ser adorada como a rainha do samba.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 2020, p. 80).

Esta simbologia, que apresenta ora a doméstica e ora a mulata, é utilizada por Gonzalez (2020) para promover reflexão sobre o ser da mulher negra; isto é, como ela é vista, compreendida e julgada pela sociedade. Neste direcionamento, ontologicamente podemos analisar como a mulher negra transita numa história de explorações e humilhações e tem sido, por vezes, desconsiderada enquanto um ser humano.

O que as filósofas feministas tentam através da sua filosofia apresentar ao nosso pensamento é, sobretudo, despertar a consciência da humanidade que é negada a mulher, principalmente a negra.

Na escrita feminista, é frequente que mulheres expressem amargura, ódio e raiva em relação à opressão do homem, porque é um passo que as ajuda a parar de acreditar nas versões romantizadas dos padrões de papéis sexuais que negam humanidade à mulher (HOOKS, 2020, p.186).

O opressor se manifesta sempre de acordo com a sociedade que ele vive, e a sociedade na qual nós estamos inseridas é guiada pelo capitalismo. As relações sociais [sejam elas trabalhistas ou afetivas] e as leituras que nós fazemos das pessoas estão sempre dentro da perspectiva capitalista. Os valores que nos orientam a aceitar ou repudiar algo, semelhantemente, foram construídos e afirmados dentro do capitalismo. É por este motivo que o feminismo antirracista e anticolonial (que parte da pauta gênero, raça e classe) que sustenta esta dissertação tem a preocupação por compreender as dinâmicas sociais que compõem a realidade na qual vivemos e pensamos a partir do modelo capitalista.

Em uma cultura de dominação, opressão e exploração, as pessoas são socializadas para enxergar a violência como meio aceitável de controle social. Por esse motivo, a consciência coletiva não desafia as causas ocultas desta violência; assim, o pensamento sexista continua a apoiar a dominação masculina e a consequente violência patriarcal.

Homens são socializados por grupos de homens de classe dominante a aceitar a dominação no mundo público do trabalho e a acreditar que o mundo privado da casa e dos relacionamentos íntimos vai restaurar neles o senso de poder, que eles equiparam à masculinidade. Com mais homens entrando para o grupo de desempregados ou recebendo baixos salários, e mais mulheres entrando para o mercado de trabalho, alguns homens sentem que o uso da violência é a única maneira de estabelecer e manter o poder e a dominação dentro da hierarquia sexista do papel dos sexos. Até que desaprendam o pensamento sexista que diz que eles têm direito de comandar as mulheres de qualquer forma, a violência de homens contra mulheres continuará sendo norma (HOOKS, 2017, p. 100).

O funcionamento do sistema que perpetua a dominação do patriarcado precisa ser questionado. É ele quem sustenta a dinâmica em que o homem se submete a ser dominado em seu trabalho porque assim foi ensinado – por isso aceita ser subordinado ao seu patrão. Da mesma forma, foi ensinado socialmente a ser “o dono do poder” dentro do seu lar, compreendido por ele como seu território, seu domínio. Indagar esta dinâmica é o que favorecerá o surgimento de novas estruturas de pensamento crítico, que ensinem a necessidade de as relações violentas serem substituídas por relações mais humanizadoras.

Por estes motivos, acredito que uma educação filosófica feminista se faz necessária para que possamos questionar e ressignificar as nossas relações sociais. Romper com os ciclos de violência implica em proporcionar que as pessoas inseridas dentro do meio educacional se autoanalisem dentro do sistema. Que elas questionem a estrutura que traz em si a dominação, a opressão e a exploração contidas na nossa sociedade. Mulheres e homens precisam unir esforços para ressignificarem nossa cultura e nossa sociedade contra a violência patriarcal capitalista.

Quando a problemática da violência contra a mulher é levantada, torna-se importante considerarmos os mais diversos aspectos que envolvem o fenômeno que estamos tentando compreender. A violência e a exploração das mulheres perpetradas pelo sistema capitalista – e exposto pelo pensamento feminista – devem ser amplamente divulgadas e debatidas, pois assim daremos os primeiros passos na tentativa de elucidar e resolver o problema.

Face ao exposto, na trajetória de pesquisa que deu origem a esta dissertação emergiu uma questão metodológica [e ética]. Assim, para traçar a proposta de ensino a partir do pensamento filosófico feminista, foi preciso levar em conta os seguintes pontos: a) considerar o feminismo uma das alternativas ao problema da violência contra as mulheres, e que a partir dele será conduzida proposta; e, b) considerar a existência de várias vertentes feministas, tendo em vista a diversidade de mulheres

que existem. Diante disso, a dúvida que surgiu foi a: *qual tipo de feminismo mais adequado a nossa proposta de ensino?*

2.2 Qual feminismo ensinar?

Ter um critério sobre qual tipo de feminismo devemos abordar como fonte de estudos foi muito importante para esta pesquisa. Deste modo, busquei referências no livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* – obra escrita por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019). O livro fornece uma perspectiva de reflexão acerca da atualidade e dos diversos tipos de feminismos existentes. Conscientiza, ainda, sobre os conceitos que precisam ser abordados para que pensemos com mais criticidade sobre as reais necessidades e problemas das diversas mulheres. Os movimentos grevistas ganham destaque como um ponto de força do feminismo (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

As autoras relatam que, na primavera de 2018, a Espanha presenciou uma das maiores greves feministas de que já se teve notícia. “Com a adesão de mais de 5 milhões de participantes à marcha, as organizadoras da *huelga feminista* exigiam ‘uma sociedade livre da opressão sexista, da exploração e da violência’” (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 26). As reivindicações da *huelga feminista* consistem na luta contra a aliança entre o patriarcado e o capitalismo. O movimento acendeu o alerta sobre a decadência do feminismo liberal, isto é, aquele corrobora com práticas neoliberais de exploração e expropriação – frequentemente presentes dentro do modelo econômico capitalista.

Dentro deste contexto, avalio ser necessário demarcar que o feminismo que precisamos trabalhar no âmbito escolar é um feminismo antcapitalista e associado a ativistas antirracistas e ambientalistas. Minha afirmativa é pautada no fato de que os problemas causados pelo capitalismo atingem as mulheres não apenas na ordem da exploração e da violência, mas também nas questões que envolvem o social e o ambiental.

As temáticas que a obra de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) apresenta enquanto problemas pertinentes às mulheres – e que de certa forma atingem toda a nossa sociedade – são assuntos que tem como raiz comum o sistema capitalista. Por este motivo, devemos levar para o âmbito escolar um feminismo comprometido em refletir sobre o trabalho da mulher, seja ele produtivo ou reprodutivo, que se realiza

dentro da nossa realidade social e que é profundamente impactado pelo sistema econômico capitalista.

Diante dos impactos do capitalismo sobre a sociedade, precisamos realmente nos preocupar em oferecer aos estudantes a oportunidade de pensar na exploração e violência contra as mulheres, e levantar essa problemática na tentativa de conhecer profundamente as raízes que alimentam essa violência. São necessárias práticas de pesquisa, diálogos e estudos no âmbito educacional, para que os educandos tornem-se conscientes sobre o sistema gerador das opressões e violências que atingem as mulheres.

Digo isso, pois o feminismo que almejo ensinar procura revelar as interconexões existentes entre a violência de gênero e a exploração promovida pelo sistema capitalista. Expor isso para os estudantes, sobretudo os que moram na periferia, que é o local que habita a maior parte dos estudantes das escolas públicas, é oferecer a oportunidade para que eles possam refletir e repensar a cultura da violência contra as mulheres que está inserida no seu contexto sociocultural.

Nas periferias, há grupos de mulheres organizadas em movimentos sociais feministas que procuram pensar sobre a comunidade e os problemas pertinentes ao local onde elas vivem. Ainda assim, persistem problemas que dificultam a vida das trabalhadoras e das futuras trabalhadoras que estão sendo formadas pela escola, como: a falta de creches, postos de saúde, segurança e saneamento básico – ou seja, a estrutura que deveriam garantir acesso a direitos básicos e melhorar a qualidade de vida. É em prol destas questões que devemos nos preocupar em unir forças e popularizar cada vez mais o feminismo, levando-o para o âmbito escolar. O desafio do pensamento se coloca para ampliar e desenvolver a possibilidade de fala e de escuta sobre os problemas referentes à realidade concreta que se apresenta a percepção dos estudantes, e que, possivelmente, terá um novo olhar graças ao feminismo.

Na escola recebemos a formação para a vida; por meio dos ensinamentos dos professores ela oferece lições que desenvolvem nossa compreensão e agir éticos. Assim como é importante para os nossos estudantes conhecer o pensamento e as análises filosóficas e socioeconômicas feitas por Marx (para que consigam desenvolver a sua consciência de classe e saibam como o sistema capitalista opera), também é necessário que tenham condições de construir consciência sobre

opressões e exploração sofridas por mulheres. Acredito ser possível viabilizar esta oportunidade através da reflexão sobre gênero, raça e classe promovida pelo feminismo. Isso desenvolverá nos nossos estudantes uma percepção mais aprimorada sobre as explorações e opressões praticadas pelo capitalismo e o patriarcado.

Novamente vejo colocada a preocupação por qual tipo de feminismo devemos ensinar no âmbito escolar. Em contraposição ao que anseio com a proposta de ensino [e com esta dissertação], o feminismo liberal oferece uma falsa visão da equidade de gênero. Destaca-se pela ampla divulgação de empoderamento feminino através da participação política em busca de direitos iguais, mas foca somente no combate ao patriarcado e deixa de lado o problema dos vários modos de exploração praticados pelo capitalismo.

Esta face do feminismo [liberal] é feito para poucas mulheres, geralmente mulheres privilegiadas e pertencentes à classe abastada. A igualdade que almejam é baseada na busca pela ascensão de cargos e salários correspondentes aos dos homens da sua própria classe. “Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. Centrado no Norte global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a ‘imposição’ [...] Seu verdadeiro objetivo não é a igualdade, mas meritocracia” (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37).

Para as feministas liberais os ganhos financeiros e a escalada individual de algumas garantirão o respeito e o reconhecimento para o gênero feminino. No entanto, encobrem que o sucesso individual se consolida às custas de outras mulheres, que geralmente são racializadas e em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Justamente por isso se submetem a ser exploradas como empregadas, tanto no âmbito particular realizando serviços domésticos e cuidados com crianças e idosos, quanto na esfera empresarial, prestando serviços mal remunerados e com extensa jornada de trabalho (alguns casos de modo precarizado).

O feminismo liberal distorce e difama o feminismo, pois aceita a desigualdade quando se trata da classe, e oprime e explora de modo similar ao patriarcado. As mulheres detentoras de poder exploram outras mulheres de classe inferior, permitindo que somente um pequeno número de mulheres privilegiadas alcancem o patamar do reconhecimento e do respeito. Analiso que o objetivo de suas lutas não são direitos iguais, mas uma meritocracia desleal e desigual.

Sobre isso, Arruza, Bhattacharya e Frazer (2019, p. 39) afirmam: “nossa resposta ao feminismo faça acontecer é o feminismo impeça que aconteça. Não temos interesse em quebrar o telhado de vidro enquanto deixamos que a maioria limpe os cacos” (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 39). A afirmação das autoras critica a meritocracia promovida pelo feminismo liberal; o “faça acontecer” é a palavra de ordem para que as mulheres trabalhem exaustivamente em busca de uma ascensão que não alcançarão. Assim, elas pensam que estão realmente buscando uma vitória contra o patriarcado – uma ilusão criada para alimentar cada vez mais o sistema de exploração com o qual o feminismo liberal compactua.

O capitalismo que orienta o feminismo liberal é o mesmo que se uniu ao patriarcado, e ambos estão de acordo com a exploração. Por este motivo, é importante trabalharmos a consciência de classe e raça dentro do feminismo. Sem abordar estes aspectos o sistema de exploração e subjugação continuará. Mantem-se, pois, a falsa perspectiva de que estão combatendo o patriarcado e esquecendo da união ao capitalismo.

Analiso que levar reflexões sobre nosso sistema econômico e fazer com que os estudantes se percebam diante deste sistema de exploração é o primeiro passo para uma educação mais igualitária. A referência que busquei a partir da obra de Arruza, Bhattacharya e Frazer (2019) foi justamente um feminismo mais consciente da sua própria história e do seu desenvolvimento até os dias atuais. Considero o feminismo uma construção coletiva, em constante movimento, que visa resolver os mais diversos problemas que afetam as mulheres em todo o mundo. Deve lutar pelas necessidades e pelos direitos das mulheres da classe trabalhadora, incluindo nesta especificação as mulheres pobres, as racializadas, as imigrantes, as queer, as trans, as com deficiências – todas que são exploradas pelo sistema capitalista.

Em minha atuação, busco conscientizar as mulheres para que compreendam que a união é primordial para uma luta que alcance as raízes que alimentam o sistema de opressão e exploração promovido pelo capitalismo e o patriarcado. Acredito que apenas pela via da análise de sua condição e crítica ao sistema será possível que as mulheres consigam juntas pensar em soluções que combatam a violência. Ademais, o feminismo deve se preocupar com o acesso às estruturas materiais para as mulheres.

No que se refere ao sistema de segurança para as mulheres, o Brasil dispõe da Lei Maria da Penha – sua principal legislação de enfrentamento contra a violência. Porém, apesar de termos a lei ao nosso favor e reconhecermos que ela consiste num grande avanço no combate à violência contra as mulheres, ainda falta uma estrutura que acolha e proteja realmente a mulher que esteja nesta condição de vulnerabilidade.

A maior parte das mulheres que são vítimas de agressão não possui condição financeira para abandonar a casa na qual a violência doméstica ocorre. Faz-se necessário que haja uma transformação social em amplo sentido e de modo que alcance todas as mulheres. Sabemos que os serviços públicos de atendimento e proteção às mulheres no Brasil não possuem investimentos suficientes para que estas tenham a segurança adequada após sofrerem a violência. Esta situação as mantém vítimas e em constante situação de vulnerabilidade.

Pelos motivos expostos, avalio que ensinar o feminismo nas escolas, bem como levantar questionamentos sobre a estrutura social e repensá-la, consiste em oferecer ao povo consciência de gênero, raça e classe. Este é o princípio para uma mudança estrutural; e a educação é uma aliada neste amplo processo de reestruturação da sociedade. Precisamos de todos os meios possíveis para que haja uma mudança significativa.

2.3- Contextualizando a reprodução social

A exploração abordada neste tópico se trata da Reprodução Social, uma das atividades fundamentais e que mantém a capacidade ativa dos trabalhadores na produção de mais valia para o sistema capitalista. A seguir, contextualizarei a teoria iniciada de Lise Vogel, utilizando-a para sustentar minhas análises sobre o sistema que explora e oprime as mulheres.

A análise sobre a Teoria da Reprodução Social foi iniciada na década de 1970, a partir da obra de Lise Vogel (1979). A autora analisou um trabalho, fundamental para a existência e continuidade das sociedades. Este trabalho envolve serviços essenciais para a manutenção da vida e do funcionamento da sociedade, porém, frequentemente são invisibilizados e subvalorizados (BHATTACHARYA, 2019).

Conforme Bhattacharya (2019), Vogel e outros pesquisadores marxistas deram continuidade às análises de Marx sobre sistema de exploração perpetrado pelo capitalismo. A autora enfatiza a importância da tradição marxista para os estudos

econômicos relacionados ao trabalho de produção e de reprodução. Trata especificamente do trabalho reprodutivo; aquele que produz pessoas mais adequadas ao mercado de trabalho e que, por isso, é tão fundamental para a economia social.

Pesquisadoras marxistas posteriores como Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, Susan Ferguson e David McNally se aproveitaram da transformadora, ainda que incompleta, percepção de Marx e a desenvolveram. Talvez seja importante lembrarmos, neste contexto, o potencial e criatividade inerentes na tradição marxista, corretamente chamada de tradição viva, que permitiu que novas gerações de marxistas a examinassem criticamente e a expandam (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

O trabalho de reprodução social abrange várias esferas da vida social, como: serviços domésticos; serviços de cuidados, a criação e a manutenção de relações sociais [que envolve a educação e socialização das crianças, a saúde, entre outras atividades que ajudam a manter a sociedade]. Assim, é considerado como essencial para sustentar o trabalho produtivo (BHATTACHARYA, 2019).

Percebendo o caráter produtivo do trabalho reprodutivo e o como ele é ocultado e explorado pelo capital, Arruza, Bhattacharya e Frazer (2019) alertam:

A perversidade se torna nítida quando relembremos o quanto o trabalho de produção de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de “força de trabalho”. E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas” (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52).

A relação entre produção e reprodução no sistema econômico é interdependente, pois a reprodução que, historicamente foi um trabalho atribuído às mulheres na nossa sociedade, não recebe o devido valor. As mulheres não recebem um salário para desempenharem o trabalho realizado em casa – fato que origina a opressão de gênero. O patriarcado foi o grande responsável por subordinar as mulheres, impondo a elas o trabalho no âmbito doméstico, e este sistema existe em diversos tipos de sociedade. Existia antes mesmo da Revolução Industrial e da ascensão do capitalismo. No entanto, o capital agregou em si o patriarcado e se tornaram um sistema de opressão unificado, intensificando o uso da exploração sobre as e os trabalhadores na nossa sociedade.

Dentro dessa lógica de exploração, o sistema capitalista se beneficia do trabalho doméstico não remunerado e faz com que a mulher dependa do salário do seu marido. Essa interdependência gera um tipo de hierarquia, em que o trabalhador depende da sua esposa para se manter, e a esposa depende de seu marido para

obter o seu sustento. Nesta ordem, a família nuclear é mais bem vista pelo capital, pois através de somente um salário que é atribuído ao homem sustenta-se a família inteira. Ao se tornar provedor da família, o homem se sente no direito de mandar [na sua esposa e em seus filhos] e adquire o poder de chefe da família.

Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 53).

Nota-se, ainda, que o sistema de subordinação criado pelo capitalismo ultrapassa a instituição familiar. Por exemplo: parte das mulheres que precisa desempenhar dupla jornada de trabalho (isto é, realizar trabalho reprodutivo e produtivo), geralmente contrata pessoas de baixa renda [e racializadas] para executarem o trabalho doméstico – principalmente a baixo custo. Por conseguinte, as mulheres que precisam submeter seu trabalho a um custo muito baixo precisam trabalhar muito mais para dar conta das jornadas de trabalho: na casa da patroa, na sua própria casa e na criação de seus filhos.

Como dito, o sistema de exploração de mulheres racializadas é algo que existe desde o tempo da colonização no Brasil e em outros países da América e da África. Assim, é possível notar que as mulheres negras sofrem com violências e exploração mais intensamente do que as mulheres brancas. Acerca disso, Angela Davis (2016) analisa o contexto histórico no Norte da América e demonstra como, verdadeiramente, as mulheres negras foram exploradas.

A autora revela que, primeiramente, as mulheres negras trabalharam ao lado dos seus companheiros na lavoura e depois nas fábricas de tabaco e refinarias de açúcar. No caso das mulheres negras que assumiram a responsabilidade de provedoras da família, Davis (2016) afirma que o trabalho doméstico não deixou de ser uma realidade. Elas precisaram trabalhar fora de casa por não possuírem a segurança econômica que as donas de casa brancas possuíam.

Ao analisar o trabalho doméstico, a autora também aponta a obsolescência das tarefas domésticas e elucida que, tal qual as dinâmicas do sistema de produção sofreram modificações diante do desenvolvimento histórico, o trabalho reprodutivo recebeu suas influências. Refere-se às tecnologias aplicadas dentro do âmbito doméstico; máquinas desenvolvidas especificamente para o auxílio das tarefas

executadas na organização, manutenção, limpeza e produção de alimentos na casa dos trabalhadores (DAVIS, 2016).

Entretanto, Davis (2016) ressalta que apesar de todo o avanço tecnológico, não houve avanço em contestar que este tipo de trabalho fosse somente atribuído às mulheres. A solução que ela apresenta para que as mulheres sejam libertas do sistema de exploração é a socialização das tarefas domésticas e o fim do capitalismo.

A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das crianças – pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia (DAVIS, 2016, p. 244).

Ainda na perspectiva de análise sobre o trabalho doméstico, no Brasil, principalmente após a abolição da escravidão, as mulheres negras só tiveram acesso ao mercado de trabalho por meio do trabalho doméstico. Um serviço mal remunerado, precarizado, no qual algumas ainda trabalham privadas de seus direitos. Por essas questões o feminismo negro é fundamental. Ademais, dispõe de uma percepção própria dos problemas vivenciados pelas mulheres negras.

O feminismo negro teve sua origem nos Estados Unidos nos anos 1970, através do Manifesto Combahee River, com pautas que traziam as questões de raça, gênero e classe (COMBAHEE RIVER; PEREIRA; GOMES, 2019). Posteriormente, na década de 1980, através do pensamento de Kimberlé Crenshaw (2002) tais questões ganharam um nome específico: a *interseccionalidade*. Apesar de ter uma origem na prática política, esse termo foi ajustado ao meio acadêmico e não ganhou o caráter de práxis política almejado pelas feministas negras da década de 1970 (DAVIS, 2016).

O feminismo negro no Brasil tem como uma de suas maiores expoentes a filósofa Lélia Gonzalez, cujas considerações sobre o racismo e a exploração das mulheres negras são bastante reconhecidas. Gonzalez analisa também como o poder econômico na nossa sociedade delimita que o superior seja a cultura do homem branco ocidental. Em seu Discurso na Constituinte, diz:

Uma vez que a ideologia emana daqueles que detêm os meios de comunicação em suas mãos, que detêm a estrutura educacional, que detêm as políticas educacionais e culturais, o que se passa para o brasileiro médio é a visão de um país branco ocidental e absolutamente civilizado. É interessante percebermos que nosso país, cultura por exemplo, segundo essa perspectiva de classe e da raça dominante e do sexo, é importante dizer, a cultura é tudo aquilo que diz respeito a produção cultural ocidental. Já a produção cultural indígena, ou africana, ou afro-brasileira é vista segundo a perspectiva do folclore, seja como produção menor ou produção artesanal,

mais ou menos nessa produção entre arte e artesanato (GONZALEZ, 2020, p. 247).

Gonzalez (2020) sabiamente faz um discurso sobre como uma minoria – a classe dominante – detém, além do poder econômico, todos os aparatos educacionais e culturais que determinam a estrutura ideológica do povo brasileiro. Ressalta também a questão da classe, da raça e do sexo, que são pertinentes ao feminismo negro, pois as mulheres negras sofrem esta tripla opressão. Diante das reflexões que Gonzalez (2020) faz, é importante considerarmos o feminismo negro em nossas abordagens educacionais para que tenhamos uma proposta de ensino que seja mais igualitária. Por isso precisamos trabalhar essas noções em sala de aula com o intuito de oferecer aos nossos estudantes uma maior conscientização sobre o sistema que visa a exploração a qualquer custo. Para que a partir disso eles possam refletir na tentativa de compreender como o capitalismo se transformou e opera diante da história da humanidade.

A busca pela libertação das mulheres também recebeu a contribuição de outros pensadores, em uma reflexão mais aprofundada sobre alguns aspectos da própria história da filosofia. Nesse contexto, utilizarei as algumas considerações do filósofo argentino Enrique Dussel (1990), através do seu livro *“Liberacion de la mujer y erótica latinoamericana”*.

Na década de 1970, exilado no México devido à Ditadura Militar na Argentina, Dussel analisou a sociedade latino-americana e levantou alguns questionamentos sobre o ser da mulher. Para isso, levou em consideração a grande influência da colonização europeia na cultura ameríndia. Na obra mencionada, o filósofo reconhece que a dominação do homem com respeito a mulher é antiga (DUSSEL, 1990) e inicia suas análises pelo pensamento de um dos filósofos da tradição antiga, Platão. Em seu livro *A República*, Platão deixa claro que o governo da cidade deve ser feito pelos filósofos – o que implicaria somente nos homens livres. Na cultura antiga, caberia às mulheres somente a função de ter filhos.

Na Grécia antiga, mesmo sendo livre, a mulher não participava ativamente das decisões democráticas; seu papel político era inexistente e ela era alienada ao seu marido – ou seja, na medida em que ele se realizava, ela também se realizava. Se analisarmos bem, em nossa própria época temos a mesma lógica inserida dentro do matrimônio. O exemplo de uma tradição cultural da nossa sociedade é o fato de que, ao se casar, a mulher adquire o sobrenome do marido – o que consiste em alienação

jurídica. Tradições sociais são compostas por várias regras que alienam a mulher ao homem, e é raro esse sistema ser questionado; assim, reforço a necessidade de trazer alguns questionamentos para o âmbito pedagógico.

Dussel (1990) diz: que “a libertação das mulheres deveria começar por um replantio da essência do Eros. O Eros é o amor que neste caso vou interpretar estritamente como amor sexual” (p. 26, tradução nossa)⁴. O amor erótico compreendido por Dussel consiste numa totalidade que acolhe em si o prazer de todas as partes – não há exclusão de um ou de outro. O amor ágape, por sua vez, é uma experiência da sexualidade desconhecida pelo homem moderno, e por essa in experiência o homem faz da mulher um objeto.

Entregar-se ao outro como outro requer o estabelecimento de um movimento dialético. Homem e mulher se abrem um ao outro como outro, superando o domínio da sua opressão e fazendo nascer uma amizade entre os parceiros. Essa parceria se transforma em um novo momento, na qual, ao mesmo tempo em que se mantém, agrega a presença de um novo outro: o filho. Por sua vez, o filho vem compor um novo todo, que é a família – momento compreendido por Dussel (1990) como a dialética pedagógica. A parceria entre os dois prepara pedagogicamente o filho para que ele se torne um irmão adulto e veja o outro como irmão. Chega-se ao último momento da dialética: a política.

Nos três momentos dialéticos a mulher se faz presente como mulher, como mãe, como educadora e como irmã na sociedade política. A libertação das mulheres supõe a libertação dos homens, pois ambos são igualmente humanos. Contudo, a mulher também se torna mãe; e dentro desta perspectiva biológica tem-se outra questão que, assim como o trabalho e a política, é essencialmente social: a questão pedagógica. Por conseguinte, outra nova questão se abre: a mulher tornada dona de casa. Fato este que, em nossa sociedade, consiste na simples definição de ser oprimida social, política e como pessoa.

A economia vem do grego oikía – casa, lar, lugar onde o ser humano transforma a natureza e constrói uma totalização na qual pode-se viver na seguridade, originalmente economia é a arte de bem administrar a casa. Por isso, quando pensamos na economia a casa torna-se a sua base, é nela que se constrói e se

⁴ “La liberación de la mujer debería comenzar por un replanteo de la esencia del éros. El éros es el amor que em este caso voy a tomarlo estrictamente como el amor sexual”.

mantém a estrutura familiar, a mulher como dona de casa é uma das mais importantes figuras para que a economia funcione, pois ela além de administrar a casa, e realizar diariamente as tarefas de cuidado com o lar e a família, tem a função da educação dos filhos e filhas que serão futuros trabalhadores e cidadãos.

Ainda em relação ao trabalho, Dussel em suas análises sobre o pensamento aristotélico, diz que para Aristóteles o trabalho produtor tem uma significação familiar, e a economia é essencialmente doméstica, sendo que a família é parte constitutiva da cidade-estado. Porém, na cidade grega o trabalho era uma atividade própria do escravo, por esse motivo não existia economia erótica em uma relação do homem com a natureza para servir a mulher e vice-versa. O que existia era uma economia onde o homem não trabalhava, quem trabalhava em uma relação de transformação da natureza era o escravo.

Quanto a economia nos tempos modernos, Dussel reconhece que Freud foi mais crítico com respeito à sociedade burguesa machista de seu tempo ao conciliar o princípio do prazer e o princípio da realidade. Em *Totem e Tabu*, Freud diz que a forma primitiva da sociedade havia sido uma horda submetida ao domínio absoluto de um poderoso macho e com a morte desse chefe, essa horda transformou-se em uma comunidade fraternal. Os irmãos no meio político deverão impor-se mutuamente regras de subsistência, que pouco a pouco dá lugar à civilização, fruto do trabalho, sendo que o trabalho é a renúncia à satisfação das pulsões.

Ainda analisando o pensamento moderno, quando tece considerações sobre o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, Dussel (1990) nos faz pensar em como a estrutura atual da família é fruto de uma história milenar – logo, a realidade é histórica e não natural. Neste sentido, avalio a relação erótica contemporânea como uma ordem negativa.

Atualmente, um tipo de matrimônio existente é aquele em que somente o homem tem direito; em alguns casos, por exceção, a mulher. Por isso, Engels afirma que a primeira opressão de classes foi a do sexo feminino pelo masculino, e a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher (DUSSEL, 1990).

Dussel (1990) percebe que, além do que afirma Engels sobre a condição feminina, há também uma dominação econômica-política, por meio da qual a juventude masculina busca a satisfação nas mulheres e jovens proletárias, mantendo casta a jovem burguesa. Esse tipo de atitude em relação às mulheres expõe a luta

ideológica das classes e o caráter dual da moral sexual. A moral sexual está alicerçada sobre o capitalismo, que de maneira viciosa produz efeitos negativos para a sexualidade [tanto da mulher quanto do homem]. Dispõe-se um princípio de realidade que serve à manutenção da classe dominante no poder.

A dominação não é somente individual, mas sociocultural e tradicional, assegurada por leis e por costumes que seguem através das várias gerações da nossa humanidade. Sutilmente arraigada nos seres humanos, seu caráter opressor se torna difícil de ser identificado e analisado. A alienação da mulher em favor do homem se perpetua por meio desta estruturação do sistema opressor, que mantém e eleva essa falsa consciência moral construída pelas normas culturais e reafirmada por instituições tradicionais.

Dussel (1990) nos alerta que a dominação erótica contida nas tradições culturais e nas instituições tradicionais, e que conduzem a forma de ser e pensar do oprimido, ultrapassa o homem individual e suas atitudes machistas. É capaz de criar no próprio inconsciente feminino um desejo de ser tal qual a sociedade opressora a determina. Dessa forma Dussel (1990) diz:

Assim a mulher alienada nos trabalhos domésticos chega a forjar um ideal de “dona de casa”, limpa, arrumada, obediente, pontual, especialista em costurar meias e passar camisas. Da mesma maneira se forja a “mãe e educadora exclusiva dos filhos”, esquecendo a presença ativa masculina na dita educação o que conclui, igualmente, em que o ser da mulher se constitui por mediação do homem: “Esposa do governador” é sua glória [...] (Dussel, 1990, p. 119. Tradução nossa)⁵.

A lógica opressiva da dominação erótica dominou também a esfera filosófica, visto que nem os pensadores e filósofos mais geniais que conhecemos conseguiram percebê-la. Talvez por isso continuaram a manter e elevar essa falsa consciência moral. Kant, por exemplo, defendeu na *Metafísica dos costumes* o direito do homem sobre a mulher, o poder sobre o filho e a dominação dos domésticos. Nietzsche também não se afastou muito desta forma de pensamento. Em *Além do bem e do mal, prelúdio de uma filosofia do futuro*, encontra-se o seguinte trecho:

[...] um homem profundo no espírito e também em seus apetites, mesmo quando possua aquela profundidade da benevolência que facilmente se troca pelo rigor e severidade, pensará a mulher sempre segundo os orientais!

⁵ “Así la mujer alienada em los trabajos domésticos llega a fraguar un ideal de “ama de casa”, limpia, ordenada, obediente, pontual, experta em zurcir medias y planchar camisas. De la misma manera se fragua la “madre y educadora exclusiva de los hijos”, olvidando la presencia activa masculina em dicha educación. Lo que concluye, igualmente, em que el ser de la mujer se constituye por mediación del varón: “Esposa del gobernador” es su glória[...].”

Deverá concebê-la como sua propriedade que terá direito de manter sob chaves, como algo predestinado a servir e que no servir atinge a própria perfeição (Nietzsche, 2001, p. 192).

Esses exemplos vêm a demonstrar como o machismo se inseriu no âmbito filosófico, e como até o século XX a filosofia não foi receptiva ao pensamento de filósofas. Uma vez que dados sobre a vida e obra de pensadoras estão ocultos na história da filosofia, esta se tornou somente o estudo do pensamento dos filósofos; fato que demonstra ter havido uma exclusão das mulheres na construção do pensamento filosófico.

Somente no século XX as mulheres começaram a contestar a ordem patriarcal contida na filosofia. Filósofas como Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir, Silvia Federici, Angela Davis, entre outras, mostraram que as mulheres também são dignas da filosofia. Por isso, é necessário também questionar o machismo contido na filosofia e compreender por que ele esteve em vigor por tanto tempo nela. É imprescindível romper com esta ordem de pensamentos que corrobora o machismo estrutural contido na sociedade.

O sexismo estrutural e a dominação opressora revelados por Dussel (1990) são alguns dos fundamentos que orientam a forma de pensar e agir da nossa sociedade, e que relativizam justificativas para violências e as agressões cometidas contra as mulheres. Assim, reitero que questionar a estrutura que sustenta a violência é fundamental para que possamos conhecer como se manifestam as atitudes que promovem e perpetuam a violência doméstica.

A educação filosófica torna-se uma aliada ao combate à violência contra as mulheres, pois ela agrega em si o questionamento, a investigação, o diálogo e a reflexão – ferramentas necessárias para a busca de um conhecimento mais aprimorado, humanizador e libertador. É na escola que adquirimos os parâmetros para julgar o que é certo e o que é errado; e tratar as mulheres com dignidade e respeito deve ser trabalhado na base escolar, para que nos tornemos humanos melhores e mais justos. Só assim poderemos construir uma sociedade também mais justa e igualitária, superando a exploração e a violência promovida pelo patriarcado capitalista.

3. PROPOSTA DE ENSINO SOBRE O FEMINISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Oferecer uma educação libertadora aos nossos estudantes é estimular a participação ativa dos educandos e dar voz à reflexão e ação deles na sala de aula. A Filosofia no contexto educacional busca refletir sobre vários temas pertinentes ao pensamento humano a partir de problemas que fazem parte do nosso cotidiano.

O problema que se manifestou na elaboração da presente proposta de ensino foi a questão da condição de opressão da mulher em nossa sociedade, e como isso delimita seu ser social, político, econômico, histórico, erótico e pedagógico. A problemática também sustentou a reflexão sobre a violência contra a mulher através da ótica feminista.

Como visto no capítulo anterior, o problema da violência contra a mulher é estrutural e está relacionado à opressão e à exploração promovidos pelo sistema capitalista. O feminismo trabalha na compreensão desse fenômeno e buscar possíveis soluções para este problema, principalmente através da união das mulheres que juntas lutam contra o patriarcado capitalista. Porém, a classe dominante composta pelos capitalistas é detentora do poder econômico e dos aparatos ideológicos que determinam a estrutura educacional e cultural que nos influenciam.

Na tentativa de pensar em uma educação mais democrática e libertadora, adiante será apresentada a proposta de ensino, elaborada a partir da perspectiva de Paulo Freire. Trata-se de importante pensador da educação brasileira, que dedicou grande parte da sua vida a identificar e combater a estrutura de poder que manipula a educação [transformando-a em uma educação bancária]. Segundo Freire,

A educação bancária é como uma narração em que o educador é o sujeito que conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. [...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante (FREIRE, 2020, p. 80).

Por educação bancária, Freire (2020) refere-se àquela em que o aluno é visto como um depositário dos conteúdos; é caracterizada como impositiva e por vezes não tem nenhuma relação com o contexto sociocultural dos estudantes. Desta maneira, o próprio estudante não vê sentido no que lhe é ensinado; a estranheza provoca desinteresse e o distancia do aprendizado e da escola (FREIRE, 2020).

Algo semelhante ocorre na relação entre opressor e oprimido, segundo Freire (1987). Sem consciência do seu estado de opressão, o oprimido aceita ser conduzido ao destino de sua exploração, sem sequer lutar pela sua liberdade; permanece inserido neste sistema ilusório onde o seu “desejo” é se tornar aquele que o oprime. E isso ocorre devido à ilusão que o oprimido tem a partir da imagem do opressor; isso é, a falsa ideia de que ele só se tornará alguém através do ter.

No intuito de realmente solucionar o problema das falsas compreensões nos pensamentos dos nossos estudantes, analiso que a proposta educacional precisa se tornar libertadora, contrariando a dinâmica do sistema da educação bancária – em que o professor deposita seu conhecimento nos alunos. Pois, segundo Freire:

Mais uma vez se antagonizam as duas concepções e as duas práticas que estamos analisando. A “bancária”, por óbvios motivos, insiste em manter oculta certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. A problematizadora, comprometida com a libertação, se empenha na desmistificação. Por isto, a primeira nega o diálogo, enquanto a segunda tem nele o selo do ato cognoscente, desvelador da realidade (FREIRE, 2020, p.101).

A educação libertadora promove o diálogo entre o educador e o educando, dentro de um processo em que ambos aprendem. O educador deve considerar a realidade do educando e, para isso, precisa aprendê-la – o que só é possível se estiver aberto a ouvir e considerar as experiências vividas pelos estudantes (FREIRE, 2020). A educação nesta proposta torna-se verdadeiramente democrática e possibilita um conhecimento mais verdadeiro e crítico.

A pedagogia freiriana nos oferece uma proposta mais humanizadora da educação. Freire foi um grande influenciador de outros pensadores da educação, e dentre eles a feminista norte-americana bell hooks. Em sua obra *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*, hooks (2017) apresenta a sua percepção sobre a experiência de lecionar a disciplina Estudos da Mulher. Nestas aulas, buscou demonstrar aos estudantes que se interessavam pelo assunto uma proposta libertadora e reflexiva sobre a teoria feminista. Abordou, ainda, seus interesses através de experiências pessoais, delas e de outras pessoas, reconhecendo que:

Se o testemunho pessoal, a experiência pessoal, é um terreno tão fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora, é porque geralmente constitui a base da nossa teorização. Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (nossa necessidade de alfabetização, o fim da violência contra mulheres e crianças, a saúde da mulher, seus direitos reprodutivos e a liberdade sexual, para citar algumas),

nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e fortalece (HOOKS, 2017, p. 97).

Em concordância com hooks (2017), compreendo que para efetuar uma educação que compreenda o tema da violência contra a mulher sob a ótica do feminismo, é preciso tornar o tema interessante para os nossos estudantes. Por isso deve-se buscar elementos da realidade vivida por eles, convidando-os a compartilhar experiências pessoais e percepções sobre o serviço doméstico. Esses conteúdos trarão importantes revelações sobre a exploração, violência e o abuso cometido pelo patriarcado capitalista.

Para cumprir o objetivo da pesquisa, isto é, ressignificar o pensamento dos estudantes sobre a condição das mulheres na nossa sociedade; em busca de modificar a realidade para prevenção da violência contra a mulher, optei por uma proposta de educação de metodologia dialética (o ensino de filosofia executado em triplo movimento). Com o compartilhamento de experiências entre estudantes e professora, vislumbrei que eles conseguissem perceber o fenômeno e, ao mesmo tempo, fazer uma análise de si próprios dentro do sistema. Em seguida, apresentei a teoria feminista que seria estudada, refletida e debatida nas aulas, sob a justificativa de que revela a estrutura que sustenta e perpetua a violência contra a mulher.

Pelo método dialético aplicado à proposta de ensino, fazia-se necessário primeiramente que os estudantes percebessem o fenômeno. O primeiro momento foi fundamental para que os estudantes também se enxergassem como parte deste sistema. Daí a importância de colocá-los em contato com a realidade vivida, para que eles notassem como a violência, a exploração e a subjugação que afetam as mulheres se manifestam muitas vezes de forma sutil no nosso cotidiano.

Em um segundo momento, por meio de um trabalho de abstração, trouxe à compreensão dos estudantes os fundamentos dessa realidade. Utilizei textos que os incitassem refletir sobre a problemática trabalhada no momento anterior, para que eles conhecessem como o feminismo se entende enquanto movimento, e como este movimento compreende e explicita a lógica da estrutura do sistema patriarcal capitalista – responsável pela exploração e a violência contra a mulher.

E, finalmente, o terceiro momento consistiu na reconstrução da compreensão do real. Uma busca por superar os momentos anteriores pela criação da síntese dos três momentos do processo do ensino da filosofia feminista. Enfim, a tentativa de elaboração de uma nova ótica, mais consciente e mais humanizada sobre o problema.

A inserção de aulas sobre o feminismo dentro da proposta educacional filosófica no Ensino Médio é uma via para alcançarmos uma reflexão mais aprofundada sobre as causas da violência e exploração que o patriarcado capitalista promove sobre as mulheres. Construir uma educação que supere a violência que afeta as mulheres e ressignificar a forma como elas são tratadas na sociedade foi meu horizonte na construção da proposta de ensino relatada a seguir.

3.1 A importância de se ensinar a filosofar

Nascemos em uma realidade complexa sobre a qual temos bastante a aprender. Carecemos de uma educação que ensine ao ser humano como se relacionar de forma abstrata com a realidade, para que se possa conhecer e refleti-la em nossa consciência. Contudo, somos diversas consciências pensantes dentro desta realidade, e precisamos nos relacionar umas com as outras, e principalmente precisamos nos relacionar com a nossa própria consciência.

Da necessidade humana de pensar sobre o próprio pensamento e tentar compreender a si mesmo dentro desta realidade tão complexa, surgiu a filosofia – uma forma aprimorada de pensamento e reflexão sobre tudo que há. O ensino de filosofia, por sua vez, carrega em seu cerne a proposta da reflexão que vai além disso e pensa o ser humano em sua totalidade.

Sobre a filosofia no contexto educacional, Abdalla (2009) afirma estar relacionada à reflexão da realidade no processo de construção de conhecimento sobre a ação humana. Implica compreender o ser humano como aquele que constrói a realidade e se relaciona socialmente enquanto transforma a natureza, expressando-se cultural e artisticamente.

Para subsidiar suas análises Abdalla (2009) recorre à afirmação contida nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que enfatiza a “reflexão crítica a respeito do conhecimento e da ação” (ABDALLA, 2009, p. 16). Nessa perspectiva entre reflexão e ação, o autor ressalta que “não há objeto que seja exclusivo do pensamento filosófico” (ABDALLA, 2009, p.17); e conclui:

Seja qual for o objeto escolhido para a reflexão, a filosofia volta-se sempre para seus fundamentos, ou seja, para sua gênese (história) e seu sentido (lógica). Por isso, ela nunca se satisfaz apenas com o aparecer imediato das coisas e fenômenos ou com a descrição da realidade, por mais minuciosa, científica ou exata que seja, pois os fundamentos não se revelam sem mediações abstratas (ABDALLA, 2009, p. 18).

A gênese que se apresenta em forma de história para nossa consciência precisa ser constantemente investigada e questionada para que consigamos compreender a lógica presente nela. Os fenômenos da nossa realidade, tal qual a violência contra as mulheres, também possui uma lógica interna que, quando devidamente questionada, revela a estrutura que sustenta e perpetua tais ações.

Sendo assim, a violência contra as mulheres possui uma fundamentação histórica e lógica que precisa ser trabalhada no ensino de filosofia. A tarefa do ensino de filosofia sobre o feminismo é lançar um olhar crítico sobre a realidade e sobre nós mesmos. Deve destacar as relações éticas e as relações políticas que envolvem a percepção de poder, para que se possa refletir logicamente sobre a cultura e como ela delimita aspectos econômicos, pedagógicos e eróticos do ser da mulher na sociedade.

A importância de se trabalhar o feminismo no ensino de filosofia se mostra à medida que emerge como possibilidade de transformação mais radical nas consciências pensantes. Assim poderemos ressignificar o ser mulher em sua totalidade – fato que ocorrerá por meio de reflexão aprofundada sobre o sistema, bem como de nossa própria consciência face à problemática da violência e da exploração da mulher.

As aulas de filosofia são essenciais para o processo de compreensão do ser mulher na cultura, uma vez que coloca os estudantes em contato com os fatos, e incita que busquem de maneira crítica os fundamentos dessa realidade. Posteriormente, os estudantes construirão uma nova compreensão do real.

Em minhas vivências ministrando aulas de filosofia e ensinando estudantes do ensino médio a filosofar, tenho percebido a necessidade que os estudantes têm de manifestar a sua opinião. Eles gostam de se expressar e dialogar, e se sentem à vontade para isso durante as aulas de filosofia. Acredito que isso ocorra porque ensinar a filosofar traz em si a possibilidade de diálogo – saber escutar e conversar sobre o objeto de estudo após conhecê-lo.

A pesquisa também é um aspecto do ensino de filosofia que permite que os estudantes construam seu próprio conhecimento. Por esses motivos o estudo, o diálogo, a pesquisa e a reflexão como fundamentos do ensino filosófico são fundamentais para que consigamos uma educação que ressignifique o ser mulher e permita uma mudança na nossa estrutura social.

3.2 Contexto político-institucional para o ensinar a filosofar

Neste subtópico será apresentado o contexto histórico e político-institucional que serviram de cenário para o ensino do filosofar. As bases materiais necessárias ao ensino dizem respeito ao local onde a proposta de ensino foi desenvolvida: a EEEFM “Almirante Barroso”, situada no município de Vitória.

A EEEFM “Almirante Barroso” está localizada na Rua do Almirante, s/nº, no bairro Goiabeiras, em Vitória, Espírito Santo. A escola oferece toda a infraestrutura necessária para uma educação de qualidade, e atende aproximadamente 1200 estudantes divididos entre três turnos. O Ensino Médio Regular e o Ensino Médio Integrado com Curso Técnico funcionam nos turnos matutino e vespertino, e a modalidade Educação de Jovens e Adultos no período noturno.

O espaço físico da EEEFM é amplo, com: 17 salas de aula; um laboratório de química, física e biologia; dois laboratórios de informática; uma sala de aula de música; um pequeno pátio interno para jogos de mesa; uma biblioteca; um auditório; cantina bem estruturada com refeitório; uma quadra poliesportiva. Dispõe, ainda, de duas salas de recursos para o atendimento de alunos especiais, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela SEDU.

A escola fica em um lugar de fácil acesso, acolhendo estudantes de Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha. O público atendido é diversificado no que se refere aos aspectos socioeconômico, cultural e religioso. Funciona de acordo com os parâmetros orientados pela SEDU no oferecimento de uma educação pública de qualidade, por meio de políticas públicas de incentivo ao ensino em geral. A escola procura oferecer equidade de ensino aos estudantes, da educação especial e aos estudantes de baixa renda, através de recursos como livros didáticos e materiais tecnológicos (Chromebook e a internet) – amplamente utilizados para o estudo e atividades de pesquisa.

Os princípios educacionais da EEEFM “Almirante Barroso” são vivenciados dentro das práticas educativas, cuja meta é o alcance da diversidade, autonomia e identidade [eixos geradores da proposta pedagógica]. A ação educativa privilegia a consideração da totalidade na explicação de realidade, favorecendo a oportunidade de desenvolvimento do trabalho pedagógico interdisciplinar, no qual se insere o ensino de Filosofia.

Uma pesquisa foi realizada para conhecer melhor os estudantes das primeiras séries do ensino médio que participaram das aulas da prática educacional. O questionário continha perguntas referentes às famílias e a como eles se percebem no mundo. De 186 respostas, 45,5% se autodeclararam homens, 50,8% se autodeclararam mulheres e 3,6% se autodeclararam não-binários.

Quanto à religião, 35,5% disseram não possuir nenhuma religião; 55% se consideram cristãos (entre católicos e evangélicos); 2,2% se consideram agnósticos; 2,8% se dizem ateus; e 2,1% eram adeptos do budismo. Apesar das turmas que participaram da prática terem muitos estudantes negros, somente 1 estudante se autodeclarou praticante do candomblé.

Sobre a constituição familiar dos estudantes, 21,1% disseram que moravam somente com duas pessoas; 67,4% disseram que moravam com famílias de três a cinco integrantes; e 11,5% disseram morar com mais de cinco pessoas. As famílias foram caracterizadas como 46,4% nuclear; 47,1% monoparental; e 6,5% anaparental.

Dentre os estudantes, 20,2% declararam que a mãe trabalha apenas em casa; 2,8% disseram que a mãe apenas trabalha formalmente ou informalmente, mas não executa nenhuma tarefa em casa; e, 79,7% que a mãe trabalha formalmente, ou informalmente e, mesmo assim realizam serviços domésticos no próprio lar. Sobre se os pais trabalham formalmente ou informalmente, 70,2% responderam que os pais trabalham formalmente; 29,8% que trabalham informalmente. E, finalmente, sobre o quesito trabalhar e estudar, 26,81% estudantes trabalhavam como jovem aprendiz, e 73,18% disseram somente estudar.

Essa pesquisa forneceu uma base para compreensão sobre aspectos da diversidade dos estudantes envolvidos na prática e como eles se percebem diante da realidade. Outro aspecto relevante sobre os estudantes diz respeito à ocupação da escola em outubro de 2016, quando, mobilizados contra as medidas do governo Temer, e suas propostas de reforma da educação através da Medida Provisória nº 746/2016 que oferta um Ensino Médio de formação tecnicista. A MP também versava sobre o corte de disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia da grade curricular. Como forma de resistência os estudantes ocuparam a EEEFM “Almirante Barroso”.

As ocupações ocorreram em várias escolas estaduais espírito-santenses, e tinham como reivindicação direito a uma educação democrática, de qualidade e

libertadora. Repudiava o processo de privatização que tem atingido a educação através dos serviços terceirizados.

A ocupação na EEEFM “Almirante Barroso” durou 22 dias, período em que os alunos se dividiram entre atividades para organização do espaço escolar: serviços de limpeza e outras rotinas. Utilizaram redes sociais para a arrecadação de produtos de higiene, limpeza e alimentos; e as refeições eram preparadas por eles mesmos. Além disso, de forma simbólica, mudaram o nome da escola para “Fátima Soares” em homenagem a uma funcionária da cantina, que por diversas vezes se solidarizou aos estudantes quando os alimentos não foram suficientes.

Após o período de manifestação feita pela organização estudantil, a Justiça Estadual notificou os estudantes, ordenando que se retirassem da escola sob penalidade de multa – o que dispersou o movimento. Em 2017, o novo Ensino Médio foi aprovado, com uma proposta que reduziu significativamente as disciplinas de Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia. No ano de 2021, por consequência da implementação do Novo Ensino Médio, a Filosofia começou a perder espaço na proposta pedagógica.

É importante destacar que a educação nas escolas estaduais do Espírito Santo atualmente é organizada de acordo com as normativas do Ministério da Educação. Assim, no tópico a seguir apresentarei uma breve retrospectiva da educação, de modo que possamos entender como a ênfase no Ensino de Filosofia foi prejudicada no âmbito escolar, assim como o que ocorreu gradativamente nas escolas estaduais espírito-santenses.

3.3 A história da educação com ênfase no Ensino de Filosofia

Este subtópico contém uma breve retrospectiva da educação com ênfase no Ensino da Filosofia, de acordo com as leis que regulamentam, organizam e orientam a educação. Considerarei a parte histórica a partir da Revolução de 1930, por compreender que a entrada do Brasil no modelo capitalista promoveu uma mudança considerável no modelo educacional.

Em 1931 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública como efeito da entrada do Brasil no modelo capitalista de produção. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada que, por sua vez, exigia maiores investimentos na educação. O governo provisório de Getúlio Vargas sancionou o

Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre o ensino secundário e determinava em seu artigo 2º que o ensino secundário compreenderia dois cursos seriados: fundamental e complementar. O curso fundamental, com duração de 5 anos, não trazia no currículo a disciplina Filosofia (art. 3º); que foi incluída no curso complementar, com duração de 2 anos (art.4º).

Em 1942, a Reforma Capanema decretou a Lei Orgânica do Ensino Secundário nº 4.244, de 9 de abril de 1942, definindo que o ensino secundário seria ministrado em dois ciclos. O primeiro correspondia ao curso ginasial, o qual não dispunha da disciplina de Filosofia na sua organização curricular; e o segundo ciclo correspondia aos cursos clássico e científico. O curso clássico tinha por objetivo uma sólida formação intelectual através do maior conhecimento de Filosofia e do estudo das letras. O curso científico, por sua vez, proporcionaria estudo direcionado para as ciências – constando também em seu currículo a Filosofia (BRASIL, 1942).

Após 13 anos de tramitação, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), porém sem contemplar a Filosofia como disciplina obrigatória do Ensino Médio (BRASIL, 1961). Adiante, no período da ditadura militar foi promulgada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que manteve a disciplina Filosofia fora do currículo oficial obrigatório pelo Parecer CFE nº 853/1971, que fixou o núcleo comum do ensino de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971). Em 23 de dezembro de 1996 através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), a Filosofia passou a ser definida como tema transversal, porém não alcançou o status de disciplina do Ensino Médio (BRASIL, 1996).

No contexto local, foi a Lei Ordinária nº 6.649, de 11 de abril de 2001, que tornou o Ensino de Filosofia obrigatório no Ensino Médio de todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Espírito Santo (ALES, 2001). Segundo dados do Ministério da Educação, no ano de 2006, 17 estados da Federação, já tinham incluído a Filosofia no currículo, por determinação dos seus próprios sistemas de ensino, através de legislação estadual. Gerando debates sobre o retorno da Filosofia a nível nacional.

Finalmente, em 2 de junho de 2008, foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República, a Lei nº 11.684 que altera o artigo 36 da LDB, incluindo a Filosofia como disciplina obrigatória em todas as séries do Ensino Médio (BRASIL,

2008). Desde então, foram aproximadamente 10 anos onde o Ensino de Filosofia se fez presente nas escolas estaduais de Ensino Médio de forma obrigatória.

Em 2017, o novo Ensino Médio foi aprovado para atender a nova Lei nº 13.415, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio. O documento promoverá a reorganização curricular através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), servindo como referência para a elaboração dos currículos das escolas das redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. Nestes moldes, o tempo mínimo para cursar o ensino médio passa de 800 horas para 1.000 horas anuais de estudos.

Apesar de o novo Ensino Médio não ter excluído disciplinas dos currículos, e afirmar ser obrigatória o conhecimento de todos os componentes curriculares em suas competências e habilidades, o documento propõe a integração das disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia. A aposta que a junção das disciplinas seja utilizada para desenvolver aprendizagens essenciais e orientadas para uma formação ética. Tais aprendizagens geralmente são apresentadas na estrutura de projetos interdisciplinares que, a partir de situações cotidianas relevantes, desenvolvem questões pertinentes ao ensino de cada uma dessas disciplinas.

Em contrapartida, a nova estrutura de ensino promoveu perceptível redução do ensino de Filosofia e dos conteúdos que ela trabalha. O ensino de Filosofia é muito complexo, pois ele traz em si o ensinar a filosofar, assim como o conscientizar o estudante sobre como o pensamento humano impacta profundamente a nossa realidade.

A proposta oferecida pela BNCC pode até apresentar objetivos que visam uma educação de qualidade, mas precisamos lembrar que uma educação mais humanizada parte também do profundo conhecimento de si e da cultura da qual fazemos parte, e isso só é possível dentro de um ensino realmente filosófico. Por isso, precisamos reivindicar uma ampliação das aulas de Filosofia para uma educação mais humanizadora e consciente, com um ensino comprometido a estudar compreender e debater a diversidade presente nossa realidade.

3.4 Relato da intervenção prática realizada com os estudantes

As intervenções práticas relatadas neste tópico ocorreram na EEEFM "Almirante Barroso" no período de 28/10/2022 até 10/11/2022, e foram aplicadas em

turmas de primeira série regular do ensino médio e nas turmas de primeira série do ensino integrado, nos cursos de técnico em administração e técnico em logística. As aulas de filosofia aconteciam duas vezes por semana, conforme disposto na grade curricular.

Tive vivência anterior à pesquisa com os estudantes, acompanhando-os desde o início do ano letivo. A condição de regente de classe facilitou minha percepção das necessidades dos educandos e a adequação da prática de ensino ao seu contexto sociocultural. Ao expor e explicar que o feminismo seria trabalhado durante as aulas de aplicação da prática de ensino notei que a maioria dos estudantes se mostrou interessados pelo assunto.

Nos tópicos seguintes é relatada a sequência das quatro aulas utilizadas para aplicação da prática de ensino. De acordo com a metodologia, a prática foi dividida em três momentos.

Primeiro momento / 1ª aula: Análise da realidade vivida

O primeiro momento da prática foi disparado a partir da pergunta: *como fazer com que os estudantes compartilhem suas experiências vividas e revelem a opressão e o abuso cometidos pelo patriarcado?*

Este encontro foi importante para que os estudantes percebessem o fenômeno que se apresentava diante da realidade. A sua compreensão sobre o mundo diante de uma temática casual foi abordada neste momento de análise, de modo que possibilitasse aos estudantes enxergá-la enquanto algo que também faz parte do sistema patriarcal capitalista.

O objetivo da aula foi permitir que, mesmo após o encontro, os educandos tivessem a oportunidade de fazer uma autoanálise e conseguissem se entender como parte do sistema que perpetua a opressão sobre as mulheres. Que se reconhecessem enquanto vítimas deste sistema, reprodutores de pensamentos machistas e misóginos que subjugam o trabalho realizado pelas mulheres.

Inicialmente, notei que os estudantes não tinham noção de que existia um sistema que orientava o machismo e a misoginia. Ao longo do desenvolvimento da proposta, aos poucos, foram se apropriando do tema e tomaram consciência desse sistema.

Analiso que este primeiro passo, por meio do qual levei o estudante a mostrar seu cotidiano, foi fundamental. Expor o dia a dia fez com que fosse despertada na consciência dos educandos a percepção de si próprios, por meio da análise de seus comportamentos e ações. A partir disso, a turma iniciou o processo de construção de uma consciência mais aprimorada, humanizada e liberta da estrutura machista que oprime as mulheres.

Relato do primeiro momento / 1ª aula:

O primeiro momento iniciou-se antes da execução da primeira aula da prática de ensino. Ao final da aula que antecedeu, entreguei a cada estudante uma folha contendo indicações de análise sobre os serviços domésticos para auxiliá-los nas análises das tarefas – as realizadas por eles, suas mães ou responsáveis dentro da sua casa. Já que a ficha seria preenchida em casa, para que tivessem flexibilidade de tempo para as análises, disponibilizei o material na aula que antecedeu o final de semana.

O modelo da ficha trabalhada pelos estudantes pode ser encontrado no Anexo I (A) desta dissertação. A ficha nos fornece de uma organização simples e objetiva de análise, que é composta de indicações de escolhas objetivas de simples respostas. O objetivo da utilização do material foi oferecer orientação aos estudantes para que eles analisassem os seguintes tópicos: a) que afazeres domésticos eram ou não de sua obrigação; b) o tempo gasto por eles na realização da tarefa; c) o sentimento vivenciado ao realizar a tarefa; e, d) o sentimento vivenciado após fazê-la.

Na sequência, os estudantes precisaram analisar os serviços realizados pelas mães ou responsáveis. Ao responder sobre o desempenho das mães, não tiveram como opção marcar se o serviço era optativo ou obrigatório – subtendendo que as mães ou responsáveis não teriam escolha frente à obrigação de se responsabilizarem pelo serviço doméstico. Ao final da roda de diálogos sobre as impressões realizadas pelos estudantes, a ficha permaneceu com eles para ser anexada ao caderno de filosofia.

Aula na prática

Ao entrar na sala de aula, solicitei aos estudantes que organizassem um círculo com as cadeiras lado a lado, de modo que todos pudessem se ver. Em seguida, pedi

que começassem a falar sobre as percepções do serviço doméstico que eles fazem em casa. Dentre as tarefas que eles tinham que responder, constavam: cozinhar; lavar louça; lavar roupas; organizar e limpar a casa; lavar banheiro; cuidar de crianças ou idosos, fazer compras no supermercado.

Os diálogos realizados nas quatro turmas de primeira série do ensino regular e duas primeiras séries do ensino técnico, sobre as percepções dos serviços domésticos, foram enriquecedores. Com ampla participação, em todas as turmas os estudantes quiseram falar por livre vontade. Percebi que, para alguns deles, o momento serviu como um desabafo. Destaco que as que sentiram maior vontade de reclamar sobre as tarefas domésticas foram as estudantes, pois a maior parte delas eram obrigadas a ajudar nos serviços.

Os rapazes também manifestaram fazer serviços domésticos dentro de casa, porém, em comparação com as estudantes o número foi consideravelmente menor. Somente quatro estudantes em todas as turmas de primeira série, entre os regulares e os técnicos, relataram não realizar nenhuma tarefa em casa. Pelo fato de trabalharem como jovens aprendizes, disseram que a família os isenta dessas tarefas. Dentre estes quatro estudantes somente uma era mulher. Outra estudante também relatou que não fazia nenhuma tarefa em casa, pois a família havia contratado uma empregada para fazer todos os serviços.

Todos os demais estudantes relataram fazer algum dos serviços listados em casa; dentre eles, três meninas disseram fazer todos os serviços. No caso destes estudantes, as mães trabalham fora e a responsabilidade dos serviços recai sobre os filhos – cabendo a alguns a obrigação de cuidar dos irmãos mais novos, além de levar e buscar da creche/escola.

Somente um rapaz disse que realiza todos os serviços, mora apenas com o pai, que trabalha fora o dia todo. Este aluno fez questão de me mostrar fotos das comidas que prepara e disse ter vontade de se especializar em gastronomia.

Os estudantes que ficam responsáveis pelos serviços domésticos disseram que já estão acostumados com o trabalho realizado dentro de casa. E apesar de a grande maioria não gostar de fazer tarefas domésticas, ao terminá-las os estudantes sentem um misto de exaustão e satisfação, pois gostam de morar em uma casa limpa e organizada.

Quanto aos relatos sobre os trabalhos das mães, ou responsáveis pelos serviços domésticos, somente 3 estudantes em todas as salas disseram que os pais são tão responsáveis quanto as mães na execução dos serviços. A grande maioria disse que as mães se desdobram para trabalharem em casa e saírem para trabalhar em seus empregos. Quando perguntei sobre o que eles perceberam dos sentimentos das mães ao realizarem as tarefas domésticas, praticamente todos relataram que elas não gostavam e reclamavam quando realizavam as atividades. Por outro lado, disseram que elas já estavam acostumadas com os serviços.

Perguntei aos estudantes se eles valorizavam os serviços domésticos; disseram que quando era a mãe que fazia, não valorizavam. No entanto, quando eram eles que faziam, aí sim, valorizavam. Por conseguinte, no final da aula, perguntei se eles achavam a forma como a nossa sociedade invisibiliza e trata o serviço doméstico ser uma exploração? Algumas estudantes, mais exaltadas a altura da aula, disseram que “é tipo um trabalho escravo” (sic) e a maioria dos estudantes concordou.

Ao final da aula comuniquei que a temática continuaria sendo trabalhada e que compartilharia com eles um texto da Filósofa Silvia Federici que tratava justamente sobre esse assunto.

- Recursos utilizados para a aula: Folha contendo a ficha para a análise dos serviços domésticos, caderno dos estudantes e a estrutura da sala de aula.

Segundo momento / 2ª aula: Análise do trabalho invisível:

O que é trabalho invisível? Conhecer, analisar e refletir sobre o que significa trabalho invisível é necessário para que possamos compreender como funciona a estrutura do sistema de exploração, opressão e violência que afeta as mulheres. Esse sistema estudado pelas filósofas feministas é reconhecido como “patriarcado capitalista” (HOOKS, 2020, p.173), e faz a junção destes dois elementos que guiam nossa sociedade e nossa cultura.

Com o objetivo de oportunizar aos estudantes a análise e o conhecimento sobre o conceito de trabalho reprodutivo, o qual apresentei durante a prática de ensino sobre o nome de trabalho invisível (por ser um trabalho intencionalmente invisibilizado pela nossa cultura). Também busquei demonstrar aos estudantes como opera o sistema capitalista, e como esse sistema explora os trabalhadores e trabalhadoras. Para isso, foi preciso desenvolver outros conceitos relacionados ao trabalho reprodutivo, por

exemplo: o conceito de produção, o conceito de capitalismo, e o conceito de patriarcado. Por meio da explicação desses conceitos alcançar a compreensão de como o sistema capitalista explora as mulheres as privando de direitos.

O trabalho reprodutivo fundamenta, organiza e sustenta a nossa sociedade sem, no entanto, ser reconhecido; e as mulheres que trabalham nesta função da reprodução humana são exploradas. Quantas mulheres se queixam das tarefas de casa, que são uma obrigação e nunca são reconhecidas ou valorizadas?

A aula envolveu a leitura do texto da filósofa Silvia Federici, em que se encontram algumas reflexões sobre o sistema do qual fazemos parte, como este sistema explora as mulheres através do trabalho de reprodução, e aborda também a questão da violência doméstica. Além das contribuições de Federici sobre o trabalho reprodutivo, a aula também abordou a real intensão do sistema capitalista, que explora e expropria as mulheres e seus direitos. A leitura do texto foi feita de forma explicativa, de modo que a lógica exposta por Federici fosse detalhada com a elucidação de conceitos e como eles funcionam na sociedade.

Relato do segundo momento / 2ª aula:

Iniciando a aula, pedi para os estudantes reorganizarem as carteiras da sala desta vez em formato de U para que eles pudessem visualizar o quadro e a mim. Logo em seguida, distribuí a folha contendo o texto, que após a aula foi anexada ao caderno de filosofia dos estudantes.

Antes de iniciar a leitura explicativa do texto, fiz uma breve apresentação sobre a proposta da aula, e lembrei que continuaríamos a falar sobre o trabalho doméstico. Porém, dessa vez, usaríamos uma forma mais conceitual através dos estudos sobre o pensamento da Filósofa Silvia Federici; mais especificamente lendo um trecho de seu livro *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019).

Em seguida, utilizei uma apresentação em power point para introduzir informações básicas sobre Silvia Federici e o livro do qual foi retirado o texto. A imagem contendo os três slides da apresentação encontra-se no Anexo II (B). Os slides trabalhados foram bem objetivos, visto que a intenção apenas uma breve apresentação.

Após as devidas apresentações, iniciou-se a leitura explicativa de um trecho do livro: *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, para em seguida realizarmos uma reflexão relacionando o primeiro momento ao segundo momento. A imagem do texto que foi compartilhado com os estudantes para a leitura consta no Anexo III.

Durante a leitura expliquei alguns conceitos básicos que envolveram a estrutura do texto. Primeiramente, a filósofa apresenta o sistema capitalista como bem-sucedido, uma vez que é eficaz em esconder o trabalho das mulheres e lhes negar um salário.

Passei, então, à explicação sobre como opera o sistema capitalista – conceito elaborado por Karl Marx ao analisar como a sociedade se organiza economicamente. Trata-se de um sistema econômico que visa o lucro através da produção realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras. Explanei que o capitalismo transforma praticamente tudo em mercadoria para que essa seja vendida, e que inclusive o trabalho pode ser considerado uma espécie de mercadoria. Disse aos estudantes ser este é o motivo pelo qual Federici enfatiza o aspecto que envolve a exploração do trabalho doméstico. A filósofa nos oferece uma perspectiva de pensar as mulheres como trabalhadoras, seja trabalhando produtivamente ou reprodutivamente.

No decorrer da leitura, expliquei o conceito de trabalho produtivo, aquele realizado pelo trabalhador e que dá origem a uma mercadoria que, ao ser vendida, transforma-se em riqueza. Trata-se, geralmente, de um trabalho assalariado; no entanto, para que o trabalhador produza mais riqueza para seu patrão, precisa gerar a mais-valia através do trabalho que desempenha. É da mais-valia que o capitalista obtém lucro.

Foi importante falar que o trabalho reprodutivo é o tipo de trabalho de cuidados e manutenção do ser humano, fundamental para a sociedade porque sem que haja seres humanos bem cuidados também não haverá trabalhadores. Por conseguinte, sem trabalhadores não há produção, e desta forma não haverá a mais-valia que enriquece o capitalista.

Para finalizar a etapa da aula que envolveu a leitura e explicação do texto, relatei a explicação sobre o trabalho reprodutivo à ficha de análise que os estudantes responderam na aula anterior. Um momento direcionado a pensar se eles se sentiriam melhores se o trabalho que relataram fazer em casa fosse pago. Por

quase unanimidade, concordaram que seria bem melhor fazer o trabalho se ele fosse pago.

Após a leitura do texto, iniciamos uma roda de conversa com as seguintes perguntas:

- a. A divisão desigual do trabalho doméstico poderia ser considerada uma violência?
- b. Quais são as consequências de se negar salário e direitos para as donas de casa que realizam o trabalho doméstico?

Avalio a aula como produtiva no que se refere à participação dos estudantes; assim como ocorreu na primeira aula, eles se sentiram estimulados a falar sobre o assunto. Dessa vez, o diálogo aconteceu com um pouco mais de conhecimento sobre o assunto, pois eles já haviam compreendido um pouco sobre como a subjugação da mulher no sistema de trabalho reprodutivo e a exploração de ambos [mulheres e homens] impulsiona a violência doméstica.

- Recursos utilizados para a aula: Texto impresso disponibilizado pela professora; quadro da sala de aula e pincel, projetor que fica disponível na sala, computador, e estrutura da sala de aula.

Segundo momento / 3ª aula - Pesquisa: Qual a conexão entre as leis e o movimento feminista?

Pesquisar é uma prática que deve ser recorrente nas aulas de filosofia. Tendo como pressuposto essa afirmativa, aula apresentada a seguir foi elaborada a partir de reflexões da filósofa feminista bell hooks (2017). Ao criticar o capitalismo e como ele se preocupa em criar uma massa de mão de obra excedente e sem privilégios, hooks (2017) evidencia a importância de o ensino ter como prática a pesquisa para a verdade

Diante disso, o sistema segue alimentando a criação de mentiras propagadas pelos meios de comunicação de massa e culpabiliza o movimento feminista de inverter o poder patriarcal. Isto é, falsa ideia de que os homens são vítimas das mulheres [dominadoras e castradoras]. Esse tipo de mentira é divulgado justamente para criar inimizade face ao movimento feminista.

O movimento feminista é, sobretudo, um movimento político que une as mulheres em prol de lutas por direitos e bem-estar. Porém, ainda é pouca a disseminação do que realmente significam as lutas desempenhadas pelo movimento,

o que reforça a importância de orientar os estudantes à pesquisa. Através de investigações, compreenderão que as leis que dão direitos às mulheres só existem graças à união, organização e luta das mulheres na reivindicação de direitos coletivos.

O momento da pesquisa desperta interesse nos estudantes, além de dar certa autonomia na construção de uma compreensão que visa o conhecimento elaborado por eles próprios. Apenas oferecer textos reflexivos não é o suficiente para que eles alcancem uma educação libertadora. Além disso, a pesquisa, como nos mostra hooks (2017), é fundamental para eliminarmos as ideologias, as compreensões erradas em relação ao feminismo.

A atividade proposta neste momento teve o objetivo de promover uma conscientização nos estudantes sobre a importância da pesquisa para a construção do conhecimento acerca do feminismo. Também serviu para demonstrar como o movimento foi [e é] fundamental para a conquista de direitos para as mulheres. Enfim, uma estratégia criada para que os estudantes aprendessem a não cair em armadilhas das fake News.

Relato do segundo momento / 3ª aula:

A aula iniciou-se com minha chegada, munida dos Chromebooks que trouxe para distribuir aos estudantes. Orientei acerca dos cuidados requeridos pela escola ao disponibilizá-los para o uso em sala de aula. Após os devidos informes, ressaltei a importância de a aula acontecer em formato de pesquisa como meio de construção do conhecimento, combate das ideologias e de compreensões equivocadas.

Contudo, o foco da pesquisa teve como objetivo a informação e o conhecimento sobre a importância do feminismo enquanto movimento político que visa a união e a organização das mulheres para a reivindicação e conquista de direitos. A partir disso, receberam orientação para que a pesquisa fosse feita em duplas; e, assim que eles se organizaram, apresentei algumas questões que serviram de direcionadores para a pesquisa nos Chromebooks e na internet. Com os instrumentos em mãos, os estudantes deveriam buscar informações sobre o feminismo, e como esse movimento reúne mulheres que reivindicam direitos humanos.

As questões que orientaram a pesquisa foram escritas no quadro, e o produto da pesquisa elaborado em forma de síntese, escrito em uma folha destacada do caderno, contendo os nomes dos estudantes e turma para a identificação.

A seguir as questões que orientaram a pesquisa:

- 1- O que é o feminismo?
- 2- Por que o feminismo é um movimento político?
- 3- O que foi a “huelga feminista” que parou a Espanha em 2018?
- 4- Pesquisem Leis que deram direitos as mulheres.
- 5- Agora escreva a história da elaboração das leis pesquisadas, levando em consideração a sua contextualização e o motivo de sua elaboração.

Concluída a pesquisa, os estudantes entregaram a folha para correção e na aula seguinte devolvi a atividade corrigida. A imagem que registra o momento da pesquisa, e algumas atividades de pesquisa elaboradas pelos educandos, consta nos anexos desta dissertação (ANEXO IV, VII e VIII).

- Recursos utilizados para a aula: Estrutura da sala de aula, Chromebooks e internet disponibilizados pela escola, quadro da sala de aula, material de uso próprio dos estudantes.

Terceiro momento / 4ª aula: Redação feita em casa e leitura realizada em sala de aula

Para finalizar a execução da proposta de ensino pedi aos estudantes que eles elaborassem um texto, com no mínimo 10 linhas, relatando as percepções que tiveram sobre as aulas, na qual responderam a seguinte questão: “Quem é a mulher na nossa sociedade?” A elaboração do texto foi feita em sala de aula.

A aula foi planejada tendo como perspectiva as experiências das aulas ministradas pela filósofa bell hooks (2017), nas quais fica explícito que compartilhamos o ideal de aprendizagem. hooks (2017) reconhece que nosso desenvolvimento intelectual depende de nossa voz individual, e valoriza a escrita elaborada por seus estudantes, assim como a leitura que fazem de seus próprios escritos. Segundo ela, “ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento. Também garante que nenhum aluno permaneça invisível na sala” (HOOKS, 2017, p. 58).

Neste direcionamento, segui com o objetivo de promover aos estudantes uma reflexão sobre a condição da mulher na sociedade através do pensamento sobre a violência contra a mulher. A manifestação da fala dos estudantes trouxe o reflexo sobre o que eles perceberam das análises do trabalho doméstico, da leitura dos

textos, e do percurso da pesquisa na elaboração de seus próprios textos, expressando a sua visão sobre a perspectiva abordada, assim como da violência contra as mulheres. A essa altura, eles estarão com outra consciência e visão sobre o assunto. Todos terem o direito de se expressar na aula diante do assunto, proporcionou aos estudantes o sentimento de participação, e isso fortaleceu a prática democrática na sala de aula.

Relato do terceiro momento / 4ª aula:

Ao iniciar a aula escrevi no quadro a seguinte orientação: *Escrever uma redação levando em consideração as aulas sobre o feminismo, as análises dos trabalhos produtivos e reprodutivos, assim como a questão da violência contra a mulher. Respondendo à questão: Quem é a mulher na nossa sociedade?*

Atividade proposta por meio de redação, permitiu aos estudantes elaborarem a sua própria visão de mundo, analisando a conceituação e sua relação com as práticas realizadas nas aulas. Foi preciso trabalhar organizadamente cada momento para que pudessem construir seu próprio conhecimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, um esforço de pensamento para conectar os três momentos trabalhados em uma síntese.

Logo após as escritas, a professora pediu para que os estudantes formassem um círculo para que todos pudessem visualizar uns aos outros. Com o círculo formado, os estudantes leram as suas redações.

Todos participaram da aula por meio da leitura dos textos escritos; e, neste momento, apenas a leitura foi por mim avaliada. Todos mostraram coerência com o que foi desenvolvido nas aulas. As leituras aconteceram com os estudantes nas suas próprias carteiras, pois eles alegaram se sentir mais confortáveis daquela forma do que ir ao centro do círculo fazer a leitura.

Foi perceptível que as aulas realmente tiveram significado para eles; muitos reconheceram que as mulheres precisam de tratamento mais humanizado e dignidade, respondendo à questão da violência contra a mulher. Outros se colocaram nos lugares das mães, que são mulheres que trabalham para que as vidas deles sejam melhores, e que, por isso, merecem respeito e consideração de toda a sociedade.

- Recursos utilizados para a aula: Quadro da sala de aula, estrutura da sala de aula, caderno dos estudantes com os textos.

Avaliação

O Ensino de Filosofia busca a autonomia dos pensamentos dos estudantes nela envolvidos frente ao objetivo de uma autoanálise dentro do sistema social. Este processo favorece a compreensão de maneira mais radical sobre como ele, o sistema, funciona e como o seu funcionamento impacta em nossas vidas. Neste direcionamento, a ação que essa proposta de ensino desenvolveu abarcou, para além da libertação das mulheres, a libertação de todos os seres humanos. Em suma, uma proposta de conscientização pela perspectiva libertadora dos estudos filosóficos feministas.

Por isso, pensar em um processo avaliativo para a proposta de Ensino de Filosofia sobre o feminismo é sempre uma tarefa complexa. A avaliação não deve se preocupar somente com a apreensão dos conceitos elaborados pela filosofia feminista, tampouco com uma reflexão sobre o próprio sistema no qual o machismo e a misoginia vigoraram por tanto tempo. De fato, precisamos de uma mudança que ressignifique a forma como nos vemos diante do problema da violência contra a mulher, visto que este não é um problema recente.

Para os professores que se lançam na tarefa de ensinar filosofia, a avaliação é um ponto complexo, pois o aprendizado em filosofia vai além do que se pretende do ensinamento dos conceitos. Ela envolve também o ensinar a filosofar, por isso, frente aos vários estudantes envolvidos com o processo de ensino de filosofia, emerge a questão: como avaliar se eles aprenderam?

A avaliação desta proposta de ensino consistiu em algo maior que a memorização de conceitos, nomes de filósofas, quais as conquistas que as feministas alcançaram em termos de direitos para as mulheres, etc. Analiso que a avaliação não se encerra em conceder nota, mas em acompanhar e avaliar todo o percurso do conhecimento construído pelos estudantes. Assim, ela ocorre durante todo o processo de desenvolvimento dos momentos do ensino, ao fazer com que os estudantes desenvolvam a capacidade de refletir e repensar a própria realidade na qual estão inseridos.

Uma vez que não ocorre em uma aula específica, a avaliação é feita sobre o desenvolvimento e dedicação de cada estudante durante todo o processo educacional que envolve a proposta de ensino filosófica. Processo no qual o estudante se percebe e almeja ser agente da sua própria formação, bem como ressignifica a forma como

trata as mulheres na nossa sociedade. É justamente essa resignificação o que vai conduzir os estudantes a um novo tipo de ação, com mais respeito e consideração com as mulheres.

Ensinar filosofia é uma tarefa desafiadora, pois requer pensar aulas que sejam significativas ao contexto sociocultural dos estudantes. Dessa forma, enquanto professores também devemos ser avaliados, pois precisamos adequar às mais diversas realidades o conhecimento que pretendemos ensinar; e, assim, no processo de ensino também aprendemos.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou o desenvolvimento, a aplicação e os resultados de uma proposta de ensino educacional realizada na EEEMF “Almirante Barroso”, em que o ensino da filosofia feminista serviu como um aliado no combate à violência contra as mulheres. Recorri aos estudos desenvolvidos pelas feministas para alcançar o entendimento do fenômeno da violência que afeta as mulheres, e essa abordagem também possibilitou o conhecimento do sistema patriarcal capitalista que orienta a opressão, exploração e agressão as mulheres num nível cultural.

Investigações envolvendo as análises da violência contra as mulheres foram feitas com o intuito de agregar à proposta de ensino elementos teóricos, para o desenvolvimento da prática pedagógica – aplicada nas aulas de filosofia no Ensino Médio. As aulas trouxeram aos estudantes a possibilidade de se conscientizarem sobre o que causa a violência contra as mulheres e refletir sobre o sistema que opera de forma a agredir e explorar as mulheres. Tais ensinamentos possibilitam uma nova mentalidade, mais humanizada e justa, por um tratamento digno direcionado às mulheres.

A proposta de ensino filosófico apresentada nesta pesquisa é justificada pela compreensão da educação como uma aliada ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Ao analisar o sistema social, as trabalhadoras, e o trabalho atribuído a elas (especificamente o trabalho reprodutivo), a filosofia feminista nos orienta a investigar e questionar os motivos da exploração e da violência que afetam as mulheres.

Em se tratando de violência, é fato que a criação da Lei Maria da Penha consistiu em significativo avanço no enfrentamento à violência doméstica. Todavia, os dispositivos que envolvem a Lei ainda carecem de meios para combater de fato a estrutura que sustenta este sistema machista e misógino. Por isso, reconhecer a educação filosófica como uma aliada e buscar desenvolver com ela reflexões em prol de soluções para o problema da violência doméstica, é uma tentativa de unir justiça e educação na superação da problemática.

Para alcançar a compreensão da totalidade do fenômeno da violência contra as mulheres, a construção do trabalho que serviu de base para a proposta pedagógica foi feita a partir do método materialista histórico-dialético, criado por Marx e Engels [e também utilizado pelas filósofas marxistas]. Este método permite que conheçamos o

problema na concretude da vida real, e aponta as causas que originam e perpetuam a violência colocada sob análise nesta dissertação.

Depois de estabelecido o método de investigação foi necessário compartilhar os conhecimentos construídos através de ensinamentos que estivessem de acordo com a teoria pesquisada. A partir disso, prezei por oportunizar a reflexão e o diálogo sobre o problema, na tentativa de reestruturar uma ressignificação do ser mulher, para que sejamos respeitadas, valorizadas e tratadas com dignidade.

Diante da aplicação da proposta de ensino, avalio que a educação realmente é uma aliada ao enfrentamento contra a violência que afeta as mulheres, visto que ela proporcionou aos estudantes o conhecimento do fenômeno e das causas da violência presentes na nossa cultura. Assim, puderam refletir sobre nossa realidade social, repensar e buscar alternativas para a superação da maneira como a humanidade está se relacionando com a questão da violência contra as mulheres.

Avalio que é a partir da percepção e do questionamento sobre a estrutura que sustenta a misoginia que a educação filosófica realizará um trabalho de reflexão que conduza à mudança. É esse questionamento que fundamenta a reflexão aprofundada e a nova compreensão do problema para ressignificar a forma como os estudantes lidam com ele. Por meio desta dinâmica, uma nova ordem de ação, enfim, irá reestruturar nossa sociedade.

A tarefa empreendida na proposta de ensino pretendeu uma mudança nas consciências dos estudantes. Primeiramente lhes foi apresentado um questionário no qual eles analisaram os serviços que eles realizavam em casa. A primeira percepção que trouxeram a partir da resposta ao questionário revelou a consciência de como esse serviço é trabalhoso e compromete tempo ao ser realizado, ao mesmo tempo que é desvalorizado pela sociedade.

As percepções foram compartilhadas na primeira aula da proposta de ensino, tendo como resultado certa revolta por parte dos estudantes, mais precisamente as estudantes. Ao perceberem como o sistema impõe o trabalho doméstico, sem remuneração, e que esse trabalho é atribuído às mulheres, os estudantes não pouparam palavras para descrever a indignação quanto à percepção da exploração que envolve o trabalho reprodutivo.

Na segunda aula o tema do trabalho reprodutivo foi desenvolvido através de texto da filósofa Silvia Federici. Esse texto foi trabalhado com o objetivo de oferecer

aos estudantes explicações que permitissem o conhecimento sobre: o conceito de trabalho reprodutivo; sobre o que configura este tipo de trabalho; e, quem se beneficia sobre a exploração que se realiza sobre as mulheres. Por meio da explicação desses conceitos, chegaram à compreensão de como o sistema capitalista se beneficia deste tipo de exploração.

A aula foi realizada por meio de leitura e explicação do texto, enfatizando o pensamento de Federici. A filósofa reconhece que o sistema capitalista foi bem-sucedido ao esconder o trabalho das mulheres e negar um salário para elas transformando-o em um ato de amor. Expliquei o contexto do pensamento de Federici, pois, para que chegasse a essa conclusão, antes precisou estudar o pensamento e as análises feitas por Marx sobre como opera a economia capitalista e a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Federici enfatiza o aspecto que envolve a exploração de trabalho doméstico no intuito de oferecer uma perspectiva de pensar as mulheres como trabalhadoras, seja trabalhando produtivamente ou reprodutivamente.

Continuei a leitura e a explicação, elucidando o conceito de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Após a leitura do texto, iniciamos uma roda de conversa disparada pelas seguintes perguntas: A divisão desigual do trabalho doméstico poderia ser considerada uma violência?; Quais são as consequências de se negar salário e direitos para as donas de casa que realizam o trabalho doméstico?

Na terceira aula os estudantes realizaram uma pesquisa promovendo conexões entre as Leis e o movimento feminista. Essa aula foi pensada a partir do pensamento de bell hooks (2017) que faz uma crítica ao capitalismo, e como esse sistema alimenta a criação de mentiras propagadas pelos meios de comunicação de massa, culpabilizando o movimento feminista de inverter o poder patriarcal, transformando os homens em vítimas das mulheres dominadoras. Por isso o objetivo da pesquisa realizada neste momento da proposta de ensino, foi transparecer que cada Lei que beneficia as mulheres, possui intrínseca nela o movimento de união e luta das mulheres por dignidade. E que cada Lei que foi feita, tenta combater uma história de opressão operada pelo sistema de exploração e violência realizados pelo patriarcado capitalista.

Na quarta aula foi feita a leitura das redações que os estudantes elaboraram em casa. Com o objetivo de oferecer um momento de reflexão onde eles pensassem

sobre a condição da mulher na nossa sociedade, e sobre a violência contra as mulheres. O propósito da redação foi mostrar a reflexão realizada pelos estudantes e suas percepções sobre as análises desenvolvidas na proposta de ensino que visa pensar o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres.

A proposta de ensino desenvolvida nas aulas teve real significado para os estudantes, muitos reconheceram que as mulheres precisam de tratamento mais humanizado e dignidade. Concluiu-se que, é de suma importância ter a educação como uma aliada ao combate da misoginia e da violência contra as mulheres.

Os estudantes se mostraram o tempo todo interessados sobre o assunto e participativos dentro da proposta de ensino. O desenvolvimento da reflexão que apresentaram sobre o processo das aulas, demonstrou que os ensinamentos e toda a construção do conhecimento realizado no percurso da proposta de ensino foram exitosos. As consciências dos estudantes manifestaram significativas alterações.

Com isso, a hipótese de que a educação é uma aliada ao combate à violência contra as mulheres se confirmou, visto que todos os objetivos da pesquisa e da prática de ensino foram alcançados. Ensinar os estudantes, e possibilitar a eles a construção do conhecimento sobre o feminismo, assim como oferecer acesso a esta teoria que comprova ser o patriarcado capitalista o responsável pela violência que afeta as mulheres é conscientizá-los do sistema opressor que precisa ser identificado e combatido.

Pequenos passos nos conduzem ao combate da violência contra as mulheres, e para isso precisamos unir todos os esforços e os mais diversos recursos neste enfrentamento. O ensino filosófico presente no âmbito escolar é também um forte aliado ao enfrentamento contra a violência que afeta as mulheres, pois ele agrega em si o questionamento, a investigação, a pesquisa, o diálogo e a reflexão que são ferramentas necessárias para a realização de um conhecimento mais aprimorado, humanizador e libertador.

Sem contar que o ensino presente no âmbito escolar também reúne as mais diversas pessoas, o que amplia a possibilidade de compartilhamentos das mais diversas realidades e experiências, tornando a proposta de ensino filosófico realmente democrática. Contudo, precisamos concentrar esforços para defender que haja uma educação pública de qualidade, onde um pensamento com mais criticidade seja ensinado, e incentivado, para que aqueles que aprendam, possam identificar e

rechaçar as injustiças causadas pelo sistema capitalista. Neste processo de construção de um pensamento mais crítico, a filosofia é fundamental, e por isso ela tem sido diminuída do currículo do novo Ensino Médio – o que atende a interesses ocultos de grandes empresas corporativas que visam lucrar através da educação e têm a pretensão de formar pessoas aptas ao trabalho mais tecnicista e sem questionamentos.

Por uma educação pública e de qualidade, precisamos lutar por mais aulas de filosofia, para que consigamos superar a proposta capitalista de formação tecnicista e sem questionamentos. A formação de consciências mais humanizadas parte de propostas com processo reflexivo. É necessário que esse processo envolva a ampliação da carga horária das aulas de filosofia no ensino médio, para que tenhamos mais tempo disponível de realizar ensinamentos que trabalhem profundamente as consciências estudantis.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. **Como ensinar Filosofia?** O desafio do filósofo educador. São Paulo: Mercuryo Novo Tempo, 2009.

ALES. Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Lei Ordinária nº 6.649**, de 11 de abril de 2001. Torna obrigatório o ensino de filosofia e sociologia aos estudantes de Ensino Médio no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=12207>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, T. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista Outubro, n. 32, 2019.

BRASIL. Subsecretaria Geral. **Lei Nº 13.415**, de 16 de Fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

BRASIL. Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos. **Violência contra a mulher não só física: conheça outros 10 tipos de abuso**. Brasília, 2016. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/violencia-contra-mulher-nao-e-so-fisica-conheca-outros-10-tipos-de-abuso>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.684**, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Gabinete da Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 19.890** de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

COMBAHEE RIVER, C.; PEREIRA, S.; GOMES, L. S. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. Plural, v. 26, n. 1, p. 197–207, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159864>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.171-187, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, E. **Liberación de la Mujer y erótica latinoamericana**. Bogotá: Editorial Nueva America, 1990.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais.

Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e a luta feminista. Tradução: coletivo Syncorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 67ªed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FSBP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Relatório-pesquisa Visível e invisível**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 02 OUT. 2022.

GONZALEZ. L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, b. **E eu não sou uma mulher?**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal: Prelúdio de uma filosofia do futuro**. São Paulo: WVC, 2001.

SANTANA, J. Projeto Colabora. **Relatório**: um vírus, duas guerras. Soluções e Boas Práticas na Coleta e Divulgação de Dados sobre Violência Contra a Mulher na Pandemia. Disponível: <https://projetocolabora.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Um-virus-e-duas-guerras.pdf?x72186>. Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

VARELA, P. “La reproducción social em disputa: um debate entre autonomistas y marxistas”. **Archivos de História del Movimiento Obrero y la Izquierda**, año 9, n.

16, 22 mar. 2020. Disponível: <https://doi.org/10.46688/ahmoi.n16.241>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VOGEL, L. Marxismo y feminismo. **Monthy Review**, Volumen 31, nº 2, jun.1979.

Traducción: Mireia Bifill.

ANEXOS

ANEXO I

Carta de autorização emitida pela SEDU



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a utilização dos resultados da pesquisa intitulada "Repensar a mulher na sociedade: uma prática filosófica que visa a superação da violência contra a mulher a partir do pensamento de Silvia Federici e bell hooks", realizada por **Lhylla Silva Aguiar**, sob o CPF 055.319.287-69, desenvolvida nas dependências da(s) unidade(s) abaixo listada(s), está autorizada e foi dispensada de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa uma vez que não foram colhidos dados pessoais ou declarações dos participantes, tratando-se de investigação de caráter observacional/dialógico.

Unidades em que a pesquisa foi desenvolvida: EEEFM Almirante Barroso.

Vitória, 02 de março de 2023.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2206-2/2001, art. 10, § 2º, por:

VITOR AMORIM DE ANGELO
SECRETARIO DE ESTADO
SEDU - SEDU - GOVES

assinado em 02/03/2023 14:58:43 - 03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/03/2023 14:58:43 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por VITOR AMORIM DE ANGELO (SECRETARIO DE ESTADO - SEDU - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-81V225>

B) Imagem do slide trabalhado na segunda aula

Silvia Federici

Slide 1 de 3

Silvia Federici nasceu em Parma, na Itália, em 1942. É ativista feminista, filósofa, escritora e professora.

Em 1967, mudou-se para os Estados Unidos, onde pouco depois participou da fundação do *International Feminist Collective*, a organização que lançou internacionalmente a campanha *Wages For Housework* [Salários para o Trabalho Doméstico].

Com outras membras da organização, como Mariarosa Dalla Costa e Selma James, e com outras autoras feministas como Maria Mies e Vandana Shiva, Federici tem sido instrumental no desenvolvimento do conceito teórico da reprodução sexual como uma chave para estudar as relações de classe, de exploração e dominação em contextos locais e globais, bem como no centro das formas de autonomia e dos bens comuns.





ANEXO III

Texto trabalhado na segunda aula

Texto sobre o Trabalho Invisível / Trabalho Reprodutivo

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora”, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível. Não é por acaso que a maioria dos homens começa a pensar em se casar tão logo encontra o primeiro emprego. Isso não ocorre apenas porque agora os homens podem pagar por isso, mas também porque ter alguém em casa para cuidar de você é a única condição para não enlouquecer depois de passar o dia todo em uma linha de montagem ou sentado em uma mesa. Toda mulher sabe que deve realizar esses serviços para ser uma mulher de verdade e ter um casamento “bem-sucedido”. E, nesse caso também, quanto mais pobre a família, maior a escravidão que a mulher está submetida, e não simplesmente pela situação econômica. Na realidade, o capital tem uma política dupla: uma para a classe média

e outra para a família da classe trabalhadora. Não é por acaso que encontramos o machismo menos sofisticado nessa última: quanto mais pancadas o homem leva no trabalho, mais bem treinada deve estar sua esposa para absorvê-las e mais autorizado estará o homem a recuperar seu ego à custa da mulher. bate-se na esposa e joga-se a raiva sobre ela quando se está frustrado ou exausto em decorrência do trabalho, ou quando se é derrotado em uma luta (embora trabalhar em uma fábrica já seja uma derrota). Quanto mais o homem serve e recebe ordens, mais ele manda.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista; p.44; São Paulo; Elefante, 2019

ANEXO IV

Imagem dos estudantes no momento da pesquisa na terceira aula.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

ANEXO V

Imagem da ficha preenchida pelos estudantes.

Análise sobre os trabalhos domésticos desempenhados pela família. Nesta tabela você irá responder de acordo com as atividades feitas e como elas são desempenhadas em casa.

Cozinhar	Lavar louça	Lavar roupas	Organizar e limpar casa	Lavar banheiro	Cuidar de crianças e idosos	Fazer compras supermercado
☒ optativo ☐ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☒ optativo ☐ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☒ optativo ☐ obrigatório
Gasta muito tempo ☐ sim ☒ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não
Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☐ bem ☒ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal
Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto

Agora responda de acordo com o que sua mãe ou o responsável pelo serviço pensa a respeito das tarefas domésticas.

Gasta muito tempo ☐ sim ☒ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não
Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☐ bem ☒ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal
Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto

ANEXO VI

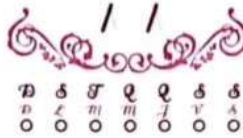
Imagem da ficha preenchida pelos estudantes.

Análise sobre os trabalhos domésticos desempenhados pela família. Nesta tabela você irá responder de acordo com as atividades feitas e como elas são desempenhadas em casa.

Cozinhar	Lavar louça	Lavar roupas	Organizar e limpar casa	Lavar banheiro	Cuidar de crianças e idosos	Fazer compras supermercado
☒ optativo ☐ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório	☒ optativo ☐ obrigatório	☐ optativo ☒ obrigatório
Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☐ sim ☒ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☐ sim ☒ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não
Sentimento ao fazer ☐ bem ☒ mal	Sentimento ao fazer ☐ bem ☒ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☐ bem ☒ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal
Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☐ satisfeito ☒ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto

Agora responda de acordo com o que sua mãe ou o responsável pelo serviço pensa a respeito das tarefas domésticas.

Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☐ sim ☒ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não	Gasta muito tempo ☐ sim ☒ não	Gasta muito tempo ☒ sim ☐ não
Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal	Sentimento ao fazer ☐ bem ☒ mal	Sentimento ao fazer ☒ bem ☐ mal
Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto	Depois de fazer ☒ satisfeito ☐ exausto



4) Pesquise a lei que deuam direitos as mulheres
 Lei Maria da Penha e Lei Carolina Dieckmann

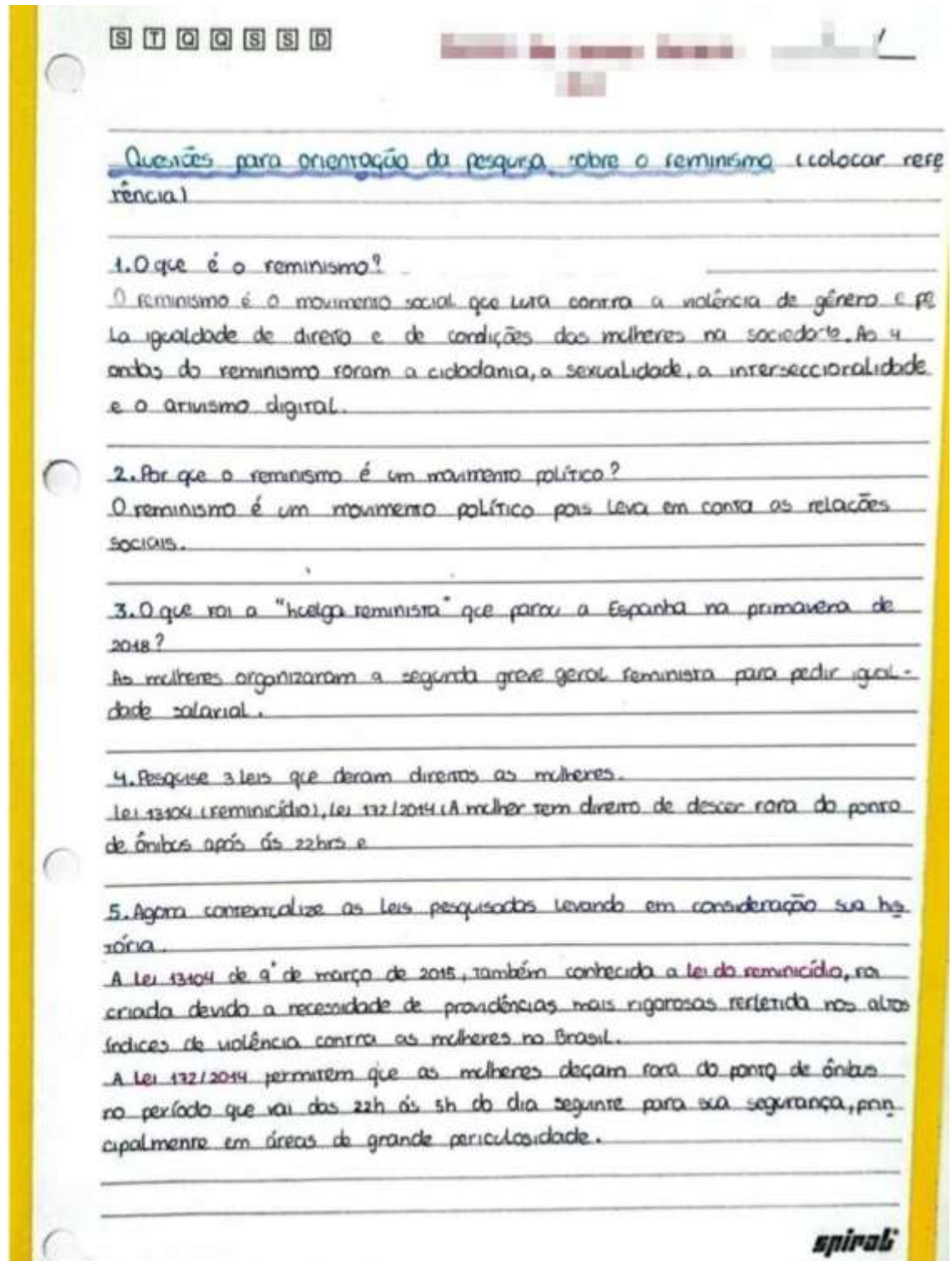
5) Agora contextualize as leis pesquisadas levando
 em consideração sua história.

Lei Maria da Penha: (11.340/2006): É a
 mecanismo para combater a violência doméstica
 e familiar contra a mulher e estabelece
 medidas de assistência e proteção

Lei Carolina Dieckmann: (12.737/2012): Formou
 parte a criação de aparelhos eletrônicos para
 obtenção de dados particulares

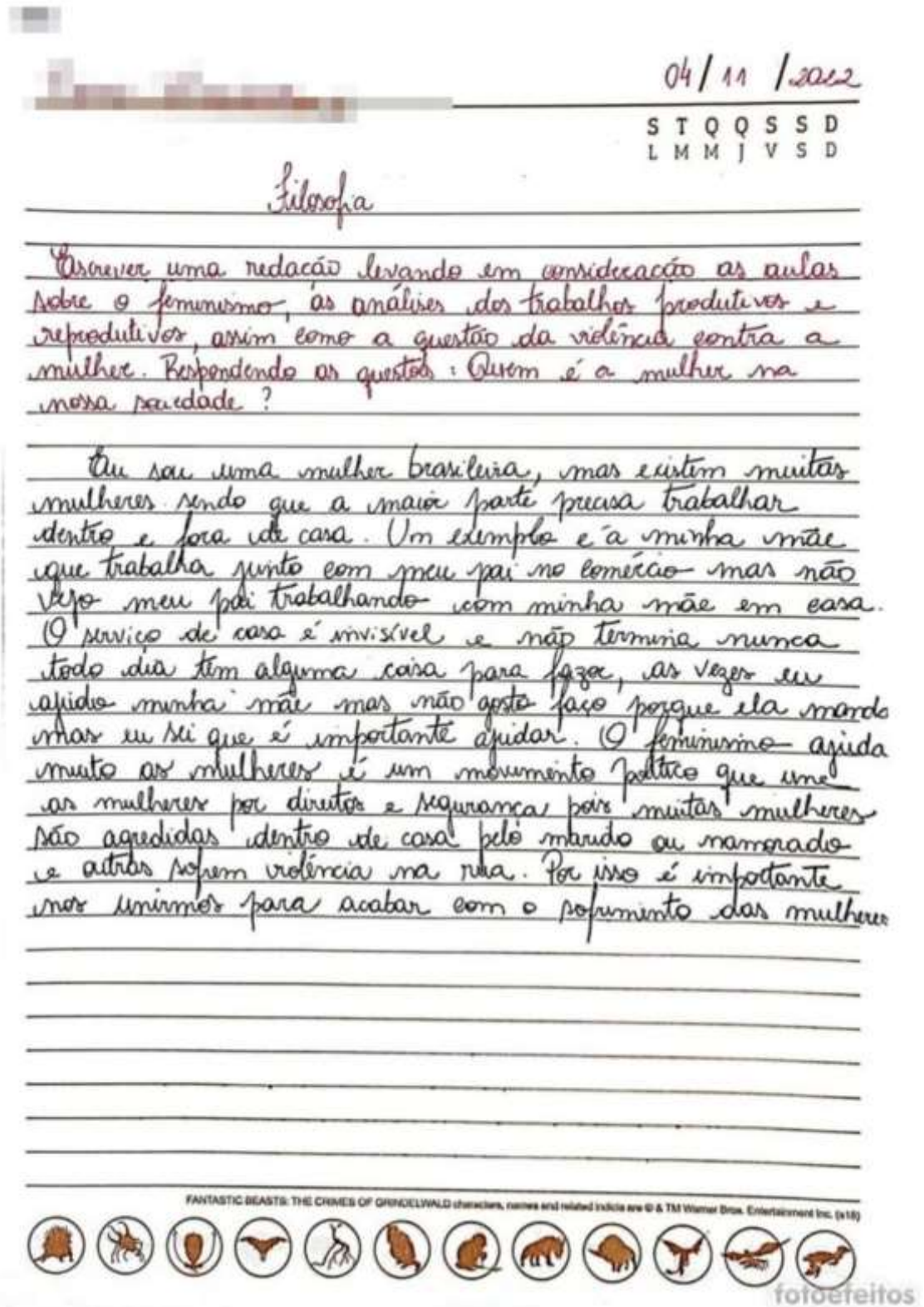
ANEXO VIII

Imagem da pesquisa feita em sala de aula pelos estudantes.



ANEXO IX

Imagem da redação feita em sala de aula pelos estudantes.



ANEXO X

Imagem da redação feita em sala de aula pelos estudantes.

01.12.22

Questão

Escrever uma redação levando em consideração os-
tudos sobre o feminismo, as análises dos trabalhos-
reprodutivos e reprodutivos, assim como a questão da-
violência contra a mulher, respondendo a questão:-
Quem é a mulher na nossa sociedade?

A mulher é vista como uma tipo de escravo, ex-
um fato da sociedade que é extremamente machista, pois
vê as mulheres como as responsáveis por tudo que
ela seja, desde o trabalho para o marido e para a casa,
dentro de casa, enquanto o homem trabalha para sustentar
a família, e todas as outras coisas da casa sendo
assim, quer dizer, a mulher não tem a mesma liberdade
que o homem que dentro de casa, ela é o outro lado.
As mulheres são vistas como trabalhadoras e indigenas-
dentos, sendo assim, visto em tudo a de um so-
ciedade tendo um termo de trabalho bem e
ocorrido com direitos iguais, intencionalmente, as
circunstâncias ocorridas pelo homem, resumindo uma
mulher trabalhadora que merece sim ser reconhecida
na sociedade. Que realmente é o certo a se
fazer!